

Lula é diplomado presidente pelo TSE

“Missão é fortalecer democracia e tornar o Brasil mais justo”

Evento sela mudança de um dos mais tenebrosos tempos do nosso país

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na segunda-feira (12). Lula defendeu a frente ampla e se comprometeu, em discurso, a desenvolver o país, lutar contra a fome e defender a democracia. A cerimônia também diplomou

Geraldo Alckmin (PSB) como vice-presidente da República. O evento, conduzido por Alexandre de Moraes, presidente do TSE, contou com a presença da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara. **Pág. 3**



HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.886 14 a 20 de Dezembro de 2022



I
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Lula anuncia os cinco primeiros ministros para compor governo

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na sexta-feira (9) o nome de cinco de seus ministros. São eles o ex-prefeito Fernando Haddad (PT) para a Fazenda, o ex-governador e senador eleito Flávio Dino (PSB) para o Ministério da Justiça, o também ex-governador Rui Costa (PT) para a Casa Civil, José Múcio para a Defesa e, nas Relações Exteriores, o embaixador e ex-ministro Mauro Vieira. **P. 3**

Fim do teto de gastos é chave para nosso setor, diz indústria



Richarlison lamenta perda: “Voltaremos mais fortes”

Em suas redes sociais, Richarlison lamentou a derrota para a Croácia nos pênaltis. O jogador pediu desculpas a todos os torcedores e disse que a eliminação foi o golpe mais forte que ele já recebeu

em toda sua vida. “Foi impossível dormir e o que aconteceu ainda dói pra c*****. Essa é uma ferida que vai ficar aberta para sempre, porque todos nós sabemos das chances que tínhamos

de buscar esse título”, disse. “Obrigado pelo carinho, viu? A gente vai de coração partido, mas é agradecer ao carinho de vocês... É chorar agora, mas vamos voltar mais fortes”, disse. **Página 4**

Em recente entrevista ao site de notícias Sputnik Brasil, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Roberto Alves Gallo, afirmou que o fim do teto de gastos, que vem sendo debatido no Brasil, é

uma grande esperança para indústria de defesa do Brasil. “A principal dificuldade do setor para conseguir o seu desenvolvimento é orçamentária. Nós temos uma redução paulatina no orçamento de defesa, que tem caído nos últimos dez anos”, disse Gallo. **Página 2**

General Santos Cruz diz que vida segue normal com Lula e pede um “governo de união nacional”

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, um dos militares mais prestigiados das Forças Armadas, afirmou no domingo (11) que a mudança de governo não deve causar tensão no mundo militar.

“Nada, a vida segue normal. Quem ganhou deverá governar”. Para o general Santos Cruz, o governo “Lula tem que mostrar que realmente é um governo para todos, de união nacional”. **Página 3**

“A URSS viveu por 70 anos pelas sanções que passamos hoje, e cresceu muito”, aponta PC russo

“A história soviética é a história de sanções e bloqueios impostos contra nós pelo imperialismo ocidental, tentando nos sufocar. Ou seja, a URSS viveu por 70 anos na situação em que

nos encontramos hoje. Apesar de tudo isso, o período soviético foi de rápido desenvolvimento e grandes conquistas”, afirmou Yuri V. Afonin, primeiro vice-presidente do PC russo. **Pág. 7**

Governo federal recua de confisco e vai pagar bolsas a pós-graduandos

O ministro da Educação, Victor Godoy, afirmou na tarde da quinta-feira (08) que o governo Bolsonaro recuou do confisco de recursos destinados

à área e anunciou o pagamento das bolsas para os mais de 200 mil pesquisadores e pós-graduandos que havia sido cancelado dois dias antes. **Página 4**

China dribla bloqueio ilegal dos EUA a chips

Juro elevado derruba produção da indústria: recuou em 9 dos 15 locais em outubro

A devastação bolsionista na economia continua provocando seus efeitos. Na passagem de setembro para outubro, a produção da indústria brasileira recuou em 9 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O principal parque industrial do país, São Paulo, teve variação de apenas 0,4% de sua produção no período, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM Regional) do IBGE, divulgados na sexta-feira (9).

Na média nacional, a indústria brasileira variou 0,3% em outubro em relação a setembro – operando a níveis semelhantes aos de janeiro de 2009, quando o mundo estava sofrendo os impactos da recessão econômica do ano anterior.

No décimo mês de 2022, apenas sete dos 26 ramos industriais pesquisados tiveram resultados positivos – o que é insuficiente para recuperar as perdas de 1,3% acumuladas em agosto (-0,6%) e setembro (-0,7%) deste ano.

As perdas mais intensas na produção foram registradas no Ceará (-13,7%) e em Mato Grosso (-11,5%). As demais quedas se deram em Paraná (-9,1%), Amazonas (-8,2%), Região Nordeste (-5,7%), Espírito Santo (-5,3%), Pernambuco (-4,8%), Bahia (-4,6%) e Santa Catarina (-1,8%). Do lado das taxas positivas ficaram São Paulo (0,4%), Pará (5,2%), Goiás (3,0%), Minas Gerais (1,7%), Rio de Janeiro (1,1%) e Rio Grande do Sul (0,5%).

Pesa mais uma vez para indústria os juros elevados, impostos pelo Banco Central com aval de Bolsonaro. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na quarta-feira (7), o BC manteve os juros reais mais altos do mundo com a taxa básica de juros (Selic) a 13,25%, empurrando para baixo a demanda por bens industriais, mas também o endividamento das empresas e das famílias. Além disso, os juros altos travam os investimentos produtivos afastando a geração de novos empregos.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial ressalta que o PIB da indústria de transformação ficou estagnado no terceiro trimestre deste ano (0,1%), influenciando a desaceleração da indústria total (0,8%), em comparação com o resultado do segundo trimestre (1,7%), influenciado pelos juros altos.

“Como esperado, o dinamismo do PIB no 3º trim/22 perdeu ritmo, a despeito das medidas anticíclicas adotadas pelo governo, como a liberação do FGTS e o aumento do Auxílio Brasil, por exemplo. A variação de +0,4%, já descontados os efeitos sazonais, foi menos da metade do resultado do 2º trim/22 e quase 1/3 da alta do 1º trim/22. Contribuíram para isso, entre outros fatores, os efeitos diferidos da elevação das taxas de juros no país. Como é produtora de muitos bens duráveis, cujos mercados demandam financiamento, a indústria de transformação foi bastante impactada”, destacou a entidade.

Abimde: fim do teto de gastos é chave à indústria de defesa

Foto: Divulgação



Retomar a industrialização. Cargueiro Kc-390, fabricado pela Embraer

Privatização e perda da Eletrobras custaram R\$ 500 bilhões ao país, diz GT de Energia

“Herança foi deixada para o consumidor, que já paga as maiores tarifas do mundo”, disse Maurício Tolmasquim

O coordenador do grupo de Minas e Energia da transição do governo Lula, Maurício Tolmasquim, apresentou nesta quinta-feira (8) o diagnóstico do setor elétrico e afirmou que o governo Bolsonaro deixa uma conta de R\$ 500 bilhões para ser paga pelo consumidor de energia elétrica.

“Vimos que uma série de ações feitas nesse governo vai deixar uma herança para os próximos governos, que terá de ser paga pelo consumidor de energia elétrica. Tentamos somar todo esse custo a ser pago nos próximos anos e atinge R\$ 500 bilhões se trouxermos tudo para hoje em termos nominais”, afirmou Tolmasquim. Ele enumerou os pontos do impacto fiscal, como o uso de termoeletrização, escassez hídrica e a privatização da Eletrobras. “É uma conta que será herdada não só por esse governo, mas pelos próximos”, disse.

ALTA NAS TARIFAS

O integrante da transição admitiu que, apesar do custo de produção de energia no país ser relativamente baixo, os brasileiros já pagam as maiores tarifas do mundo. “É uma questão muito grave, pois o custo de gerar energia é muito barato. Porque nossas fontes são baratas, temos bons recursos naturais, agora a tarifa que o consumidor paga é exorbitante, uma das mais caras do mundo. O que estamos vendo agora é mais pressão sobre as tarifas ao consumidor e temos de agir para evitar isso”.

A conta, segundo Tolmasquim, inclui a Conta-Covid – um empréstimo feito ao setor elétrico durante a pandemia de Covid-19; a Conta Escassez-Hídrica – novo empréstimo feito ao setor elétrico para cobrir os rombos da crise energética de 2021; e a contratação emergencial de usinas termelétricas, realizada em outubro do ano passado pelo governo. Tudo isso será repassado para o consumidor brasileiro. O representante do setor elétrico afirmou que o novo governo vai tomar medidas para reverter essa situação.

“Além disso”, prosseguiu o coordenador, “é necessário pagar também a contratação de Pequenas Centras Hidrelétricas (PCHs), por meio de uma reserva de mercado nos leilões de energia”. Trata-se de uma contrapartida exigida pelo Congresso Nacional no projeto que autorizou a privatização da Eletrobras, assim como a obrigação de contratar usinas termelétricas em regiões em que não há escoamento de gás natural.

De acordo com Tolmasquim e com o coordenador do subgrupo de energia do governo de transição, Nelson Hubner, a equipe já trabalha em alternativas para reduzir a conta. “Uma das propostas será a rescisão dos contratos das usinas termelétricas contratadas no leilão emergencial realizado



Aloizio Mercadante e Maurício Tolmasquim

no ano passado. Esses contratos somam R\$ 39 bilhões”, diz Hubner.

O governo eleito ainda “vai buscar rever, junto ao Congresso Nacional, a necessidade de contratação de usinas termelétricas em lugares distantes, sem escoamento de gás natural. E uma conta de R\$ 368 bilhões, porque terá de ser feita toda a infraestrutura para levar gás a essas termicas, os chamados gasodutos”.

Tolmasquim classificou como “inaceitável” a “irracionalidade energética, construir usinas longe do suprimento de gás e do centro de consumo, vai construir gasodutos, linhas de transmissão caríssima. (...) Isso vai passar pelo Congresso, mas acreditamos que o novo Congresso será sensível e isso e reverter esse processo danoso ao meio ambiente e ao consumidor”.

O prejuízo bilionário ao país e ao povo brasileiro, apontado pelos membros do grupo de transição, no setor elétrico brasileiro é fruto da modelagem de mercado que foi implantada no setor elétrico e da privatização da Eletrobras. Apesar de não ter sido tratada nesta entrevista do GT de Minas e Energia, a discussão sobre a reestatização da Eletrobras está sendo feita por membros do grupo de transição e por especialistas da área.

NEM EUA VENDEU USINAS HÍDRICAS

Nelson Hubner, integrante do grupo de transição, falou sobre o papel das usinas hídricas que, segundo ele, devem funcionar como segurança energética, e que, por isso, não podiam ter sido vendidas. “A única pauta do governo atual foi privatizar. Nenhum país do mundo fez isso, e eu não estou falando em países comunistas, estou falando de países como os Estados Unidos, com uma economia liberal, que é vender usinas hídricas amortizadas, que não injetam um centavo na economia e, ao mesmo tempo, coloca um poder absurdo nos grupos privados.”

Nos EUA, todas as usinas hídricas estão nas mãos do Estado e nós entregamos isso para um monopólio privado que vai operar tudo com absoluto poder de mercado”, denunciou.

Para o professor Roberto D’Araújo, diretor do Ilumina, “além de reestatizar a Eletrobras, é preciso estar atento aos defeitos da modelagem de mercado adotada no setor elétrico, pois, foi ela que produziu

“A grande dificuldade para o desenvolvimento da indústria é o orçamento. Temos uma redução paulatina nos últimos anos”, afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Roberto Alves Gallo

Em recente entrevista ao site de notícias Sputnik Brasil, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Roberto Alves Gallo, afirmou que o fim do teto de gastos, que vem sendo debatido no Brasil, é uma grande esperança para indústria de defesa do Brasil.

A expectativa da Abimde para o governo que assumirá o país em janeiro de 2023 está, principalmente, relacionada à possibilidade do teto de gastos, instituído em 2016 pelo governo de Michel Temer (MDB), passar por uma revisão. “A principal dificuldade do setor para conseguir o seu desenvolvimento é orçamentária. Nós temos uma redução paulatina no orçamento de defesa, que tem caído nos últimos dez anos”, disse Gallo.

Ele afirmou à Sputnik que existe alguma expectativa “com a PEC [Proposta de Emenda à Constituição] que vem por aí [da Transição]. Talvez ela permita [...] que o orçamento de defesa cresça um pouco”. O fato é que a indústria de defesa brasileira está fragilizada porque carece de uma política de compras regulares.

Segundo o especialista, nos países mais desenvolvidos nessa área, projetos estatais de armamentos são de longo prazo. “Os investimentos no Brasil flutuam um pouco mais porque os orçamentos não são plurianuais, diferentemente de outros países. Essa é uma característica de longa data do Brasil”, afirmou.

Segundo Roberto Alves Gallo, o Brasil é, de fato, a maior potência regional em armamento, mas isso é também um problema, porque mascara os investimentos baixos no setor. Ele apontou que não será possível discutir orçamento de defesa e crescimento, enquanto o Brasil não apresentar um plano de Estado para retomar a industrialização no setor.

ASSUNTO DE ESTADO

“Não é assunto de nenhum espectro político. É assunto de Estado e o governo que vier tem que ter essa responsabilidade”, comentou. Em 2021, o orçamento do Ministério da Defesa foi de R\$ 116,8 bilhões. Desse montante, R\$ 70,6 bilhões foram destinados para o item “Defesa Nacional”, que inclui gastos administrativos, como pensões militares. No ano passado, a despesa com a previdência dos militares chegou a R\$ 24,9 bilhões.

Enquanto crescem as despesas, a indústria do setor esbarra nas limitações orçamentárias impostas pelo teto de gastos, sobrando pouco para investir em equipamentos e condições para o desenvolvimento do setor. O presidente da Abimde apontou que defesa e segurança pública são dois assuntos correlatos, que precisam de investimento constante do Estado.

Para ele, as perspectivas da indústria bélica do Brasil “são moderadamente positivas dentro do mercado local e bastante altas para o mercado internacional”. Ele revelou que o segmento como um todo “espera que a nossa base industrial de defesa e de segurança possa manter a relação de um para quatro: ou seja, para cada R\$ 1 vendido no Brasil, vendemos R\$ 4 para fora”.

Nesse sentido, existem áreas de prioridade que devem alavancar as vendas brasileiras, como no setor de cibersegurança. Roberto Alves Gallo explicou que existem “áreas tradicionais [para a indústria brasileira] dentro do mercado global, relacionadas aos veículos blindados e aeronaves, que são os grandes programas nacionais”.

Ele ainda apontou outros programas militares que abrangem o segmento naval, como “o projeto das corvetas [da classe] Tamandare”, as forças terrestres, com a ampliação do número de blindados, e mesmo a Força Aérea Brasileira (FAB), com o programa dos caças Gripen.

“Quando a gente olha para o setor de segurança pública, os gastos são concentrados em armamento, punições, armas leves, e a gente não espera uma mudança significativa no que é comprado. O que tem crescido, por outro lado, é a demanda cibernética, que vai desde o policial que usa uma câmera em seu uniforme ao desenvolvimento de aeronaves de combate”, disse.

O presidente da Abimde explicou qual é o estágio da indústria de defesa brasileira e chamou a atenção para a importância da manutenção de uma indústria de defesa capaz de responder aos desafios globais, com diversos países anunciando investimentos ostensivos, ao longo dos próximos anos, em suas capacidades militares e de dissuasão.

INVESTIR NAS CAPACIDADES MILITARES E DE DISSUAÇÃO

Ele apontou, ainda, que, além de garantir a defesa nacional, o país precisa acompanhar a tendência global de expansão dos gastos bélicos para se manter competitivo dentro de um mercado em contínua modernização. Ele destacou a necessidade de manter as capacidades de defesa do país, tendo em vista que os investimentos em segurança nacional dispararam globalmente.

Os gastos da indústria bélica no mundo batem recordes, superando US\$ 2 trilhões, com EUA, China, Índia, Reino Unido e Rússia, liderando o ranking de maiores orçamentos em defesa, concentrando 61,7% do total. Além disso, oito países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) atingiram a meta da aliança militar de gastar 2% ou mais do PIB em suas forças armadas em 2021.

Segundo o especialista, os avanços da indústria de defesa do Brasil são notórios. No ano passado, o setor superou 1,5 bilhão de dólares (R\$ 7,8 bilhões) na comercialização de produtos para o exterior e fechou o ano próximo da meta de 2 bilhões de dólares (R\$ 10,4 bilhões). Nesse sentido, outro ponto positivo foi a diversificação do setor.

“Outro avanço importante é a empresa AEROS, sempre com importantes conquistas na modernização dos sistemas de torres de combate, assim como avanços na área cibernética, com as primeiras soluções de criptografia pós-quântica”, disse ele. Segundo Gallo, o Brasil tem uma indústria de defesa forte e consolidada, com abertura para um mercado internacional bastante diversificado para lançar os novos produtos. Ele revelou que a maior parte das exportações bélicas brasileiras está concentrada no golfo Pérsico e no Sudeste Asiático.

Ele, ainda assim, há um grande número de países no continente africano, e mesmo na América do Norte e América Latina, interessados na produção de armas do Brasil. Embora o forte das exportações esteja concentrado no Oriente Médio, tem sido possível a abertura de mercados em países como Portugal e República Tcheca. O portfólio do Ministério da Defesa conta com 146 empresas cadastradas e é composto por aeronaves, embarcações, ferramentas cibernéticas para proteção de dados, radares, sistemas seguros de comunicação e armamentos, entre outros itens de alta tecnologia.

A reportagem da Sputnik foi divulgada durante a 7ª Mostra da Base Industrial de Defesa do Brasil (Mostra BID Brasil), que ocorreu no início de dezembro em Brasília (DF), com as principais empresas de defesa expondo o que há de moderno no setor. Para Roberto Alves Gallo, a 7ª Mostra BID Brasil conseguiu revelar duas novidades do mercado brasileiro que devem fazer sucesso no exterior. Ele apontou, “entre muitas novidades”, os novos rádios transmissores feitos pela Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel, estatal vinculada ao Comando do Exército).

Número de famílias com contas atrasadas bate recorde em novembro

Em novembro, a proporção de famílias inadimplentes atingiu o patamar de 30,3%, um avanço de 4,2 pontos percentuais (p.p.) frente a novembro de 2021, segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Dos consumidores com até 10 salários de renda mensal, 34,1% não conseguiram pagar suas dívidas no vencimento, a maior proporção da série histórica da pesquisa, iniciada em 2010.

No mês passado, o percentual de famílias que relataram ter dívidas alcançou 78,9% do total das famílias brasileiras, alta de 3,3 p.p em comparação com o

mesmo período de 2021. São dívidas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carne de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, com as maiores taxas de juros dos últimos cinco anos.

De acordo com a CNC, “tem chamado a atenção o volume de consumidores com mais da metade da renda comprometida com o pagamento de dívidas. Em novembro, 21,6% do total de endividados estava nessa situação, crescimento anual de 0,8 p.p. Em média, o brasileiro precisou gastar 30,4% de toda a sua renda apenas para pagar dívidas em novembro, isso sem contar as contas de consumo (água, energia, telefone, gás, etc.)”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, sala 300 - Boa Vista - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ex-ministro da Secretaria de Governo General Santos Cruz diz que “vida segue normal” com Lula

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, um dos militares mais prestigiados das Forças Armadas, afirmou neste domingo (11) que a mudança de governo não deve causar tensão no mundo militar. “Nada, a vida segue normal. Quem ganhou deverá governar, e quem perdeu deverá se organizar se quiser continuar influenciando na política nacional”, disse Santos Cruz que foi ministro da Secretaria de Governo de Bolsonaro (PL).

“Será o terceiro governo de Lula, não há novidade nenhuma. Quem vai fazer parte da oposição sabe como Lula vai governar, e ele sabe como deve governar para não cometer os erros anteriores, porque todo governo comete erros, e tem acertos. Não vejo nenhuma expectativa de crise no relacionamento com os militares. Já tivemos dois mandatos com Lula, nesse período o relacionamento foi normal”, disse Santos Cruz em entrevista ao jornal O Globo.

Sobre a escolha de José Múcio para ministro da Defesa, Santos Cruz disse que “não vejo razão para que não seja bem recebido [pela área militar]”. “É uma pessoa equilibrada, agradável, simpática, bem-humorada para resolver as coisas. O presidente eleito o escolhe porque acha que ele terá um comportamento, aceitação, relacionamento bom, é o que todo presidente quer. E ele tem essas características. O sucesso dele dependerá de sua habilidade”, avaliou o militar.

Santos Cruz afirmou que o novo governo deve ser de união nacional. “Lula tem que mostrar que realmente é um governo para todos, de união nacional. O Brasil está muito desunido. A transparência, por conta dos escândalos, será fundamental. Com Bolsonaro houve uma tentativa evidente de politizar as Forças Armadas. No comportamento presidencial, sim, ficou bem claro. No discurso, na narrativa”, ressaltou.

Santos Cruz considerou também um erro os militares terem aceitado o convite para participar da fiscalização das eleições de 2022. “O problema é que aquilo foi explorado politicamente. Diversas instituições fazem parte desse processo de validação, não tinha necessidade nenhuma de convidar as Forças Armadas. Houve dois erros: convidar e aceitar”, criticou.

“A nossa missão é fortalecer a democracia”, diz Lula diplomado

Reprodução/TSE



Presidente eleito Lula anuncia os primeiros 5 ministros de seu governo

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta sexta-feira (9) o nome de cinco de seus ministros de Estado. São eles o ex-prefeito Fernando Haddad (PT) para o Ministério da Fazenda, o ex-governador e senador eleito Flávio Dino (PSB) para o Ministério da Justiça, o também ex-governador Rui Costa (PT) para a Casa Civil, José Múcio para o Ministério da Defesa e, para as Relações Exteriores, o embaixador e ex-ministro Mauro Vieira.

Lula afirmou, também, que vai anunciar nas próximas semanas os nomes de mais ministros. Ao comentar as atribuições de Múcio Monteiro, novo ministro da Defesa, Lula disse que as Forças Armadas têm que defender o povo e a soberania nacional, e não “fazer política”. Sobre Haddad, ele disse o que espera do novo ministro da Fazenda: deve “falar sobre o mercado”, mas também sobre as “preocupações sociais” das pessoas.

Sobre o Ministério da Justiça, o presidente eleito explicou que cabe

a Dino, novo ministro da Justiça, em primeiro lugar reorganizar órgãos como a Polícia Rodoviária Federal. “O companheiro Flávio Dino tem a missão, primeiro, de consertar o funcionamento do Ministério da Justiça, de consertar o funcionamento da Polícia Federal.” O novo ministro da Justiça, Flávio Dino anunciou o nome do delegado Andrei Augusto Passos Rodrigues, da PF (Polícia Federal), para chefiar a corporação.

“As Forças Armadas têm um papel importante. As Forças Armadas têm um papel constitucional: têm que cuidar da soberania nacional, tem que defender o povo brasileiro de possíveis e eventuais inimigos externos. E é para isso. As Forças Ar-

madas não foram feitas para fazer política, não foram feitas para ter candidato. Quem quiser ser candidato, se apresente e seja candidato”, afirmou Lula.

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, informou, diante da apresentação dos nomes, que os trabalhos da transição de governo terminam na segunda-feira (12) e que a equipe entregará ao presidente eleito sugestões de revogações de atos governamentais atualmente em vigor.

“O relatório final terá um diagnóstico de cada área. Alertas para os primeiros meses de governo. As emergências orçamentárias, sugestões de revogações em cada área, proposta de estrutura também e ações prioritárias”, disse Alckmin.

Reprodução



Múcio, Dino, Haddad, Mauro Vieira e Rui Costa

Lira junta PEC da Transição a outra proposta já avançada para acelerar votação na Câmara

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou a junção da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição com uma proposta já adiantada na Casa. O ato de Lira ocorreu na sexta-feira (9) e foi combinada com as lideranças do PT na Casa.

Isso permitirá que a PEC da Transição seja votada diretamente no plenário da Câmara. A expectativa de líderes é que o texto seja analisado na próxima quarta-feira (14). Até a tarde da sexta ainda não havia sido definido o relator do texto.

A PEC de Transição

foi pensada (nomeado pelo Legislativo para quando textos tramitam em conjunto) à PEC 24/2019, de autoria da deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que retira do teto recursos próprios das universidades.

O teto de gastos é a regra em vigor no Brasil desde 2017 que engessa os investimentos públicos.

A PEC da Transição precisa ser votada ainda neste ano, antes da votação do projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), para garantir o pagamento do Bolsa Família já em janeiro.

Deputados bolsonaristas querem boicotar

a PEC e disseram que vão propor mudanças no texto na Câmara – o que obrigaria o retorno da proposta ao Senado e atrasaria ainda mais a sua promulgação.

A PEC da Transição foi aprovada no Senado na quarta-feira (7), com 64 votos favoráveis e 16 contrários. Ela amplia o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação) em R\$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família.

Também tira do teto R\$ 23 bilhões em receitas extraordinárias para financiar os investimentos públicos.

Comandante da Aeronáutica felicita militares escolhidos por Lula e elogia seu substituto

O tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), desejou “muitas felicidades” aos próximos comandantes das Forças Armadas escolhidos pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Oficializadas as escolhas dos próximos comandantes das Forças Armadas, registro meu desejo de muitas felicidades e realizações em suas missões”, escreveu o comandante, em suas redes sociais.

Ele também parabenizou e elogiou o tenente-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, que

será o novo comandante da FAB. Carlos Almeida Baptista Júnior fez uma publicação em suas redes sociais com uma foto ao lado do tenente-brigadeiro Marcelo Damasceno e um texto cumprimentando-o.

O atual comandante da FAB disse que Damasceno, a quem chamou de “amigo”, é um “líder nato, profundo conhecedor de todos os assuntos” que tem “visão gerencial apurada”.

“Registro meu desejo de muitas felicidades e realizações em suas missões. Ao meu substituto —tenente-brigadeiro Damasceno—, a certeza de que nossa FAB terá como comandante um

líder nato, profundo conhecedor de todos os assuntos e com visão gerencial apurada. Parabéns, amigo”, diz o texto.

O tenente-brigadeiro Carlos Almeida Baptista Júnior disse que sua “torcida e apoio serão permanentes”.

O nome de Damasceno foi confirmado pelo futuro ministro da Defesa do governo Lula, José Múcio.

Segundo critério do “mais antigo de cada força”, Múcio também indicou o general Julio Cesar de Arruda, atual chefe do Departamento de Engenharia e Construção, para o comando do Exército.

Presidente eleito foi diplomado pelo TSE na segunda-feira (12), em Brasília, com o vice-presidente eleito. Está oficializada a vitória de Lula e Geraldo Alckmin nas urnas

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) presidente eleito do Brasil pela terceira vez e se comprometeu, em discurso, em desenvolver o país, em lutar contra a fome e em defender a democracia. A cerimônia também diplomou Geraldo Alckmin (PSB) como vice-presidente eleito da República.

O evento, conduzido por Alexandre de Moraes, presidente do TSE, contou com a presença da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, dos ex-presidentes da República José Sarney e Dilma Rousseff, de seis ministros do STF, do procurador-geral da República, Augusto Aras, e de diversas lideranças políticas, que demonstraram o apoio à democracia e a confiança nas urnas eletrônicas.

“É com o compromisso de construir um verdadeiro estado democrático, garantir a normalidade institucional e lutar contra todas as formas de injustiça que recebo, pela terceira vez, o diploma de presidente eleito do Brasil, em nome da liberdade, da dignidade e da felicidade do povo brasileiro”, disse Lula na diplomação.

Lula falou que reforçou que lutará para “fazer do Brasil um país mais desenvolvido e mais justo, com a garantia de dignidade e qualidade de vida para todos os brasileiros, sobretudo para as pessoas mais necessitadas”.

Para ele, “democracia é muito mais do que o direito de se manifestar livremente contra a fome, o desemprego, a falta de saúde, educação, segurança e moradia. Democracia é ter alimentação de qualidade, ter emprego, saúde, educação, segurança e moradia”.

O presidente eleito e diplomado fez uma saudação aos partidos que o apoiaram no primeiro e no segundo turno, que formaram “uma verdadeira frente ampla contra o autoritarismo”, e disse que já na transição está buscando ampliar a aliança para outras legendas.

Com o gabinete de transição, “tomamos conhecimento do deliberado processo de desmonte das políticas públicas e dos instrumentos de desenvolvimento levado a cabo por um governo de destruição nacional”, informou.

DEFESA DA DEMOCRACIA

Lula e o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, fizeram discursos rechaçando os ataques que foram feitos contra a democracia e as instituições ao longo dos últimos quatro anos.

“Quero dizer que muito mais que a cerimônia de diplomação de um presidente eleito, esta é a celebração da democracia. Poucas vezes na história recente deste país a democracia esteve tão ameaçada”, enfatizou o presidente diplomado.

Lula destacou “a coragem do STF e do TSE, que enfrentaram toda sorte de ofensas, ameaças e agressões para fazer valer a soberania do voto popular” e cumprimentou os ministros das Cortes pela firmeza na “defesa da democracia e na lisura do processo eleitoral nesses tempos tão difíceis. A história há de reconhecer sua coerência e sua fidelidade à Constituição”.

A entrega do diploma ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB). Foto: Alejandro Zambana - TSE

“Que fique bem claro: jamais renunciaremos à defesa intransigente da liberdade de expressão, mas defenderemos até o fim o livre acesso à informação de qualidade, sem mentiras e sem manipulações que levam ao ódio e à violência política. Nossa missão é fortalecer a democracia”, completou Lula.

“Os inimigos da democracia lançaram dúvidas sobre as urnas eletrônicas, cuja confiabilidade é reconhecida há muito tempo em todo o mundo, ameaçaram as instituições” e utilizaram ilegítimamente da máquina pública para tentar continuar na Presidência.

Leia a íntegra do discurso de Lula no TSE:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao povo brasileiro, pela honra de presidir pela terceira vez o Brasil.

Na minha primeira diplomação, em 2002, lembrei da ousadia do povo brasileiro em conceder — para alguém tantas vezes questionado por não ter diploma universitário — o diploma de presidente da República.

Reafirmo hoje que farei todos os esforços para, juntamente com meu vice Geraldo Alckmin, cumprir o compromisso que assumi não apenas durante a campanha, mas ao longo de toda uma vida: fazer

do Brasil um país mais desenvolvido e mais justo, com a garantia de dignidade e qualidade de vida para todos os brasileiros, sobretudo os mais necessitados.

Quero dizer que muito mais que a cerimônia de diplomação de um presidente eleito, esta é a celebração da democracia.

Poucas vezes na história recente deste país a democracia esteve tão ameaçada.

Poucas vezes na nossa história a vontade popular foi tão colocada à prova, e teve que vencer tantos obstáculos para enfim ser ouvida.

A democracia não nasce por geração espontânea. Ela precisa ser semeada, cultivada, cuidada com muito carinho por cada um, a cada dia, para que a colheita seja generosa para todos.

Mas além de semeada, cultivada e cuidada com muito carinho, a democracia precisa ser todos os dias defendida daqueles que tentam, a qualquer custo, sujeitá-la a seus interesses financeiros e ambições de poder.

Felizmente, não faltou quem a defendesse neste momento tão grave da nossa história.

Além da sabedoria do povo brasileiro, que escolheu o amor em vez do ódio, a verdade em vez da mentira e a democracia em vez do arbítrio, quero destacar a coragem do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, que enfrentaram toda sorte de ofensas, ameaças e agressões para fazer valer a soberania do voto popular.

Cumprimento cada ministro e cada ministra do STF e do TSE pela firmeza na defesa da democracia e da lisura do processo eleitoral nesses tempos tão difíceis.

A história há de reconhecer sua coerência e fidelidade à Constituição.

Essa não foi uma eleição entre candidatos de partidos políticos com programas distintos. Foi a disputa entre duas visões de mundo e de governo.

De um lado, o projeto de reconstrução do país, com ampla participação popular. De outro lado, um projeto de destruição do país ancorado no poder econômico e numa indústria de mentiras e calúnias jamais vista ao longo de nossa história.

Não foram poucas as tentativas de sufocar a voz do povo.

Os inimigos da democracia lançaram dúvidas sobre as urnas eletrônicas, cuja confiabilidade é reconhecida em todo o mundo.

Ameaçaram as instituições. Criaram obstáculos de última hora para que eleitores fossem impedidos de chegar a seus locais de votação. Tentaram comprar o voto dos eleitores, com falsas promessas e dinheiro farto, desviado do orçamento público.

Inimidades os mais vulneráveis com ameaças de suspensão de benefícios, e os trabalhadores com o risco de demissão sumária, caso contrariassem os interesses de seus empregadores.

Quando se esperava um debate político democrático, a Nação foi envenenada com mentiras produzidas no submundo das redes sociais.

Eles semearam a mentira e o ódio, e o país colheu uma violência política que só se viu nas páginas mais tristes da nossa história.

E no entanto, a democracia venceu.

O resultado destas eleições não foi apenas a vitória de um candidato ou de um partido. Tive o privilégio de ser apoiado por uma frente de 12 partidos no primeiro turno, aos quais se somaram mais dois na segunda etapa.

Uma verdadeira frente ampla contra o autoritarismo, que hoje, na transição de governo, se amplia para outras legendas, e fortalece o protagonismo de trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, cientistas e lideranças dos mais diversos e combativos movimentos populares deste país.

Tenho consciência de que essa frente se formou em torno de um firme compromisso: a defesa da democracia, que é a origem da minha luta e o destino do Brasil.

Nestas semanas em que o Gabinete de Transição vem escrutinando a realidade atual do país, tomamos conhecimento do deliberado processo de desmonte das políticas públicas e dos instrumentos de desenvolvimento, levado a cabo por um governo de destruição nacional.

Soma-se a este legado perverso, que recai principalmente sobre a população mais necessitada, o ataque sistemático às instituições democráticas.

Mas as ameaças à democracia que enfrentamos e ainda haveremos de enfrentar não são características exclusivas de nosso país.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Ciro Gomes derrota na Justiça de S. Paulo o “ex-ministro do desmatamento e contrabando”

A Justiça de São Paulo julgou impropriedade a ação movida por Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente na gestão de Jair Bolsonaro e deputado federal eleito pelo PL de São Paulo, contra o ex-governador

Ciro Gomes (PDT). Salles pedia R\$ 20.000,00 de indenização por danos morais por ter sido chamado por

Ciro de “ex-ministro do desmatamento e contrabando”. A decisão da juíza da 37ª Vara Cível de São Paulo, Patrícia Martins Conceição, foi publicada no final de novembro e cabe recurso.

A fala de Giro ocorreu em junho, quando participou do “Flow Podcast” como candidato à Presidência da República. “O cara [Salles] foi lançado na política [como] secretário de Ambiente de São Paulo e foi demitido por corrupção”, disse o pedetista.

Ao divulgar a entrevista em seus perfis nas redes sociais, Giro escreveu: “Sabem do Ricardo Salles? O ex-ministro do desmatamento e contrabando [de madeira] do governo Bolsonaro”.

Na decisão, a magistrada sustenta que a declaração de Giro Gomes tem como base informações veiculadas na imprensa que não foram negadas pelo ex-ministro.

Segundo a juíza, em sua contestação, Giro “traz inúmeras reportagens, veiculadas no meio jornalístico, noticiando que condutas do autor [Salles] foram objeto de apuração pela Polícia, Ministério Público, chegando também ao Poder Judiciário, em geral, por

prática de improbidade administrativa”.

Conforme a magistrada, Salles “não demonstra que essas reportagens não teriam sido veiculadas”.

“Pelo contrário, por parte delas, ele mesmo afirma a existência de processo judicial, ora indicando o seu desfecho, ora seu andamento, porque ainda não finalizados”, escreveu.

Na famosa reunião ministerial de abril de 2020, em meio à pandemia da Covid-19, Salles afirmou que a crise sanitária — principal foco da mídia e da sociedade à época — era uma oportunidade para “ir passando a boiada” e fragilizar regras ambientais.

Salles foi exonerado um ano depois, em junho de 2021, após ser alvo de operação da PF por suspeita de facilitação à exportação ilegal de madeira do Brasil para os Estados Unidos e Europa.

“A entrevista do requerido [Ciro], no que toca ao autor, por si só, não traz qualquer violação direta da personalidade que exceda os limites de uma campanha eleitoral. Logo, não está demonstrado patente e inadmissível abuso que justifique a ocorrência de violação a direito da personalidade do requerente [Salles]”, argumentou Patrícia.

A juíza concluiu que não há danos morais e também condenou Salles a pagar os custos do processo e os honorários advocatícios aos representantes de Giro Gomes. “Concluo, portanto, pela inexistência de conduta ilícita”, afirmou na sentença.

Governo recua de confisco e anuncia pagamento de bolsas

Anúncio da liberação da verba foi realizado em meio aos protestos de estudantes por todo o país

O ministro da Educação, Victor Godoy, afirmou na tarde desta quinta-feira (08) que o governo Bolsonaro recuou do confisco de recursos destinados à área e anunciou o pagamento das bolsas para os mais de 200 mil pesquisadores e pós-graduandos que havia sido cancelado na terça-feira (06).

O anúncio da liberação da verba foi realizado em meio aos protestos de estudantes por todo o país em defesa da Educação e do pagamento das bolsas.

“Informo que, em articulação com órgãos do Governo Federal, Ministério da Economia e Casa Civil, garantimos a liberação financeira de R\$ 460 milhões para despesas discricionárias da educação”, disse o ministro em seu Twitter.

“Ressalto, ainda, que, desse valor, já foram viabilizados R\$ 300 milhões para o repasse de recursos às entidades do MEC, destacando-se o pagamento de 100% da bolsa assistência estudantil, bolsas PET, bolsa permanência Prouni, entre outros”, afirmou Godoy. O ministro garantiu que as bolsas serão pagas antes do Natal. “Quanto às bolsas da Capes, o pagamento está garantido e acontecerá até próxima terça-feira, 13 de dezembro”.

O calote nas Bolsas havia sido anunciado na terça-feira, em comunicado emitido pelo Capes, órgão vinculado ao Ministério da Educação, responsável por realizar os pagamentos. 200 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-graduação estavam sem os recursos garantidos depois que o governo Bolsonaro cortou pela segunda vez este ano o orçamento do Ministério.

Na última semana, o governo já havia limpo as contas das instituições federais de ensino, deixando as universidades sem nenhum recurso para encerrar o ano letivo. Em diversas unidades, não havia dinheiro nem mesmo para o pagamento das contas de água e luz do mês.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o corte do governo federal neste fim de ano atinge R\$ 431 milhões das contas das universidades.

“Zerando os caixas das instituições, universidades e institutos federais. Então, para além de todo o drama institucional, para além desse apagão administrativo, num governo e num exercício orçamentário que deveriam terminar apenas no dia 31 de dezembro, o que nós estamos vendo acontecer a partir de agora é um drama humano imenso, porque nós estamos vendo muita gente sem condição de subsistência”, define Ricardo Marcelo Fonseca, presidente da Andifes.

NOSSA PRESSÃO DEU RESULTADO!

O recuo do governo foi comemorado pelas entidades estudantis que convocaram uma série de mobilizações em defesa dos direitos dos bolsistas.

“Nossa mobilização deu resultado e o governo acaba de anunciar a LIBERAÇÃO DA VERBA para recompor o orçamento do MEC. Estão contemplados os recursos para o pagamento de todos os bolsistas. Continuaremos em alerta até o depósito!” afirmou a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

“Nossa pressão deu resultado! O ministro da Educação acabou de anunciar a liberação da verba do orçamento do MEC para as despesas discricionárias e se comprometeu em pagar as bolsas CAPES até dia 13. Estamos vigilantes e mobilizados até lá!”, afirmou a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Estudantes e pesquisadores foram às ruas de todo o país nesta quinta. Em Brasília, milhares de estudantes e servidores da UNB e do Instituto Federal protestaram em frente ao Ministério da Educação.

Os manifestantes começaram a se concentrar em frente ao Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, por volta das 15h30. Segundo os organizadores o ato contou com cerca de 5 mil pessoas.

Os participantes gritavam palavras de ordem contra o presidente Jair Bolsonaro, como “Conhecimento não se corta”, “Educação não é gasto em investimento” e “Sem pesquisa não há futuro”. A manifestação contou com policiamento ostensivo, com cavalaria. O protesto foi pacífico, mas um estudante foi conduzido a 5ª Delegacia de Polícia de Brasília suspeito de pichar o prédio do MEC.

Em São Paulo, o protesto foi realizado no Vão Livre do MASP, na Avenida Paulista. Milhares de estudantes e pesquisadores

das universidades e institutos paulistas participaram do ato que seguiu até a Praça do Ciclista.

“Bolsonaro nunca teve a educação como prioridade. Só de 2020 a 2021, os cortes na Educação chegaram a 85% do orçamento! Em 2022, tivemos mais um corte de R\$ 3 bilhões. E apesar da reversão de parte dos cortes, o governo segue confiscando o dinheiro da educação”, destaca a ANPG.

PARANÁ

Estudantes e servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizaram o protesto na Praça Santos Andrade, em frente ao prédio histórico da instituição, no Centro de Curitiba. Os bolsistas deveriam ter recebido o valor de suas bolsas do Capes nesta quarta-feira, o que não aconteceu devido aos cortes na Educação determinados pelo governo de Jair Bolsonaro. Segundo a UFPR, tais cortes zeraram as contas da instituição, que já não tem condições para saldar, já no mês de dezembro, contas básicas, como a de água, luz, contratos dos serviços essenciais de conservação, limpeza e segurança, bem como, o pagamento de bolsas, auxílios e o funcionamento dos restaurantes universitários.

Apesar dos cortes impedirem o pagamento do Auxílio Refeição Emergencial, previsto em edital pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), o reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, garante que a gestão da UFPR mantém o compromisso de assegurar o fornecimento de comida, em caráter de segurança alimentar, em um dos restaurantes universitários de Curitiba, para socorrer aqueles estudantes que deveriam ser atendidos pelo edital de Auxílio Refeição Emergencial.

RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, o protesto levou estudantes das universidades fluminenses ao centro da cidade.

“A situação dos alunos que são bolsistas, ou seja, os estudantes que vieram de escolas públicas, os estudantes que são de outros estados, pobres de forma geral, não receberam a bolsa e, nisso, tem estudante que não tem dinheiro pra se alimentar, tem estudante que está com risco de ser despejado da sua casa porque recebe auxílio-moradia e agora não está recebendo mais. É uma situação das piores da história de toda a UFRJ”, define o aluno João Pedro de Paula, membro do DCE da UFRJ.

Aos 20 anos, Jéssica Pinheiro está no quarto período de Ciências Sociais, e recebe bolsa da universidade. Com o campus no Centro do Rio, a moradora de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, conta com a bolsa para o deslocamento, já que, sem o auxílio, ela não tem condições de sequer ir diariamente à faculdade.

“É mais de R\$ 400 por mês só no transporte, eu tenho o auxílio-alimentação, que é a gratuidade no bandeirão, então, para mim é ótimo isso. Mas, sem dinheiro, como a gente vai ter bandeirão? Como a gente vai ter universidade?”, disse.

Na UFRJ, cortes atingem serviços de limpeza, segurança, restaurante universitário e, até mesmo, os hospitais como Clementino Fraga Filho, o maior do estado do Rio em volume de consultas ambulatoriais.

Na Universidade Federal de Pelotas, um grupo de estudantes ocupou um dos campi da instituição em protesto contra o bloqueio orçamentário realizado pelo Governo Federal.

O grupo já passou a noite de terça para a quarta-feira no local e, de manhã, foi visitado pelo Comitê de Crise, constituído pela UFPel para enfrentar o problema. Segundo a Ufpel, a visita teve como objetivo verificar a situação dos estudantes, o bem-estar do grupo e tirar dúvidas dos estudantes a respeito dos cortes e bloqueios orçamentários e financeiros.

“Além das despesas com os auxílios e bolsas, a Universidade também não conseguirá pagar os contratos de serviços terceirizados e as despesas contínuas”, afirmou o superintendente de Orçamento, Denis Franco.

De acordo com a Ufpel, os estudantes, cuja maioria é de alunos em vulnerabilidade social, demonstraram preocupação com os recursos de auxílios que não foram pagos neste mês, pois dependem deles para se manterem na cidade e na Universidade.

De acordo com a reitora da instituição, Isabela Andrade, não há mais como escolher os pagamentos que serão realizados porque o caixa está zerado.



Protesto em defesa do pagamento aos bolsistas no Rio de Janeiro

Desmatamento da Amazônia têm o segundo pior novembro da história

“O que vemos na Amazônia é resultado de um plano de destruição implementado pelo governo Bolsonaro”, diz o Observatório do Clima

A Amazônia atingiu 4.574 quilômetros quadrados de desmatamento de agosto a novembro deste ano, como aponta o sistema Deter-B, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (9).

O destaque nos números levantados é o fato de que, apenas em novembro, foram 555 km² desmatados na região; um aumento de 123% em comparação com o mesmo período de 2021. Esse é o segundo pior resultado do mês ao longo da série histórica, iniciada em 2015. O mais grave ocorreu em novembro de 2020, com 563 km².

O Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) é um levantamento rápido de emissão de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia feito pelo Inpe.

O sistema produz sinais diários de alteração na cobertura florestal para áreas maiores que 3 hectares (0,03 km²) – tanto para áreas totalmente desmatadas como para aquelas em processo de degradação florestal (por exploração de madeira, mineração, queimadas e outras).

Para o secretário-executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, o número reflete o projeto de destruição do meio ambiente levado a cabo pelo desgoverno Bolsonaro.

“Bolsonaro deixará uma herança nefasta para o Brasil”, diz.

“O que vemos na Amazônia é resultado de um plano de destruição implementado pelo atual governo. Bolsonaro deixará uma herança nefasta para o



Expansão agrícola em Lábrea, no Amazonas

Brasil, e deve ser responsabilizado legalmente por toda a destruição que causou”, disse Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Apesar de não ser o Deter o dado oficial de desmatamento, o sistema alerta sobre a área onde o problema está acontecendo. O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) é considerado o mais preciso para medir as taxas anuais.

Com base no último relatório do Prodes, divulgado em novembro, a área desmatada na Amazônia foi de 11.568 km² entre agosto de 2021 e julho de 2022 (o equivalente ao tamanho do Catar).

O índice representa uma queda de 11% do total da área desmatada entre a última temporada (agosto de 2020 – julho de 2021). Na edição anterior, o número foi de 13.038 km². Mas o Observatório do Clima destaca que o desmatamento na Amazônia cresceu 59,5% durante os quatro anos do governo da destruição, a maior alta

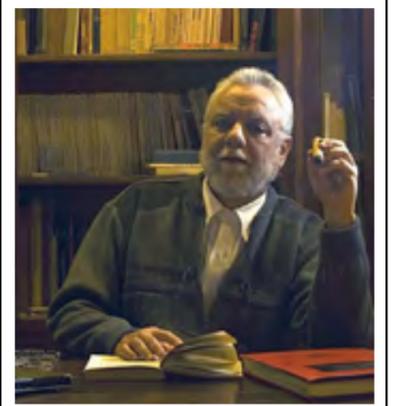
percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988.

O município com maior área desmatada dos últimos quatro meses foi Lábrea, no Amazonas, com 209 km². Lábrea é uma das cidades que fica no eixo da BR-319 (Manaus – Porto Velho).

Enquanto o desmatamento subiu 60% em quatro anos, as multas aplicadas pelo Ibama na Amazônia caíram 38% no mesmo período.

“Esse resultado chega três dias depois da aprovação da regulação europeia contra o desmatamento importado. Os números nos deixam mais distantes de nos ajustar à nova lei, prejudicando o agronegócio brasileiro e a imagem do país no exterior”, observa Astrini.

A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e engloba a área de 8 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão.



Mário Drumond, escritor, jornalista e grande figura da cultura nacional

Mário Drumond

Foi em 2009, quando publicamos [As reflexões do gazeteiro sobre o jornalismo e a conquista dos ares](#), que conhecemos seu autor, Mário Drumond.

Não estamos, aqui, contando isso como uma vantagem. Pelo contrário, demoramos demais a conhecê-lo – e Mário já estava no ar há tempos, com [suas obras publicadas, inclusive na Internet](#).

Na introdução que, então, fizemos às “reflexões do gazeteiro”, escrevi:

“O escritor e jornalista Mário Drumond, autor de ‘Sete Danças para Villa-Lobos’, ‘Dans l’air – A via Santos-Dumont’, ‘Roteiro de Minas’ e outras enriquecedoras obras, é daqueles intelectuais de estirpe rara: a dos que jamais se renderam, nos anos obscuros porque o nosso país e o mundo passaram, sobretudo a partir da década de 90. Foi de seu blog, pleno de inteligência e estilo, que extraímos os trechos sobre o jornalismo e o surgimento da aviação que hoje publicamos. São amostras do trabalho de Drumond, e, na nossa opinião, magníficas amostras.”

Mas, por que disse, acima, que demoramos demais a conhecê-lo?

Porque Mário Drumond, falecido no último domingo em seu amado torrão do Brasil, Minas Gerais, foi uma das maiores personalidades da cultura nacional – e, ainda que hoje alguns resistam a reconhecer esse lugar de Mário, será assim que a posteridade o considerará.

Era um nacionalista e revolucionário como poucos houve em nossa história. Esteve com Brizola na volta do líder trabalhista ao Brasil.

Além de autor, foi um insuperável animador cultural.

Como jornalista, apaixonou-se pela **HORA DO POVO** – e foi editor de nosso caderno especial, **América do Sol**.

Mário Drumond foi responsável pela revolução gráfica em nosso jornal, que mudou completamente o nosso site. A iniciativa da mudança foi dele e convenceu a cada um de nós, a começar por nossa referência ideológica, Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Lembro de almoçar com Mário e Sérgio, na casa deste último. Os dois tinham profundo respeito um pelo outro – e pareciam se nutrir na história diferente de cada um, que desembocavam em igual amor pelo Brasil.

Mário era um homem tremendamente ligado à História do Brasil e ao desenvolvimento nacional. Considerava sua obra uma continuação – ou, talvez, uma ressurreição – da herança cultural e econômica getulista.

Sua presença era sempre estimulante. Impossível ficar quieto – aquele quieto meio-morto que alguns apreciam, sobretudo em certos ambientes acadêmicos burocratizados ou esclerosisados – diante de Mário Drumond. Sempre, lá vinha ele com ideias, ideias, ideias.

Neste momento, em que o país ingressa em nova fase, Mário fará muita falta.

Aos seus filhos e à sua companhia, Izabel, a nossa solidariedade nesta hora difícil.

CARLOS LOPES

Richarlison lamenta a eliminação do Brasil para a Croácia mas, garante: “Voltaremos mais fortes”

Na última sexta-feira (9), o Brasil foi eliminado da Copa do Mundo nos pênaltis para a Croácia. Em suas redes sociais, Richarlison lamentou a derrota. O camisa 9 comentou que foi difícil dormir e que a eliminação ainda está doendo muito.

A postagem de Richarlison nas redes sociais transpareceu mais o sentimento do jogador com a eliminação do Brasil. O atacante citou inclusive uma insônia após a derrota.

“Foi impossível dormir e o que aconteceu ainda dói pra c*****. Essa é uma ferida que vai ficar aberta para sempre, porque todos nós sabemos das chances que tínhamos de buscar esse título”, disse.

O pombo finalizou pedindo desculpas a todos os torcedores e que ontem foi o golpe mais forte que ele já recebeu em toda sua vida. Ainda, outros jogadores lamentaram a derrota em campo, enquanto o técnico Tite, assim que acabou a partida, foi direto para o vestiário, sem dar entrevistas.

“Agora é hora de lamber as feridas, pedir desculpas a todos vcs e colocar a cabeça no lugar. A real é que o futebol, que me deu tudo que eu tenho, que salvou a minha vida tantas vezes, ontem me deu o golpe mais forte que eu já recebi”, finalizou o camisa 9.

MAIS FORTES

Já na manhã deste sábado (10), Richarlison conversou com torcedores e agradeceu o carinho dos brasileiros na saída do hotel da Seleção em Doha.

“Obrigado pelo carinho, viu? A gente vai de coração partido, mas é agradecer ao carinho de vocês... É chorar agora, mas vamos voltar mais fortes”



CTB defende revogação da reforma trabalhista e direitos a profissionais de aplicativos

A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) defendeu a revogação da reforma trabalhista, aprovada no governo Michel Temer e aprofundada no governo Bolsonaro. Adilson Araújo, presidente da entidade, ressaltou que o foco agora deve ser a volta da garantia dos direitos depois de todos os ataques sofridos pelos trabalhadores e pelo movimento sindical desde a implantação da reforma.

“É necessário que a gente possa enxergar que a reforma trabalhista aprovada em novembro de 2017 visou desconstitucionalizar, desregular e promover o desmonte do Estado nacional”, afirmou Adilson Araújo.

O presidente da CTB defende que as prioridades no momento são o combate ao trabalho intermitente, com garantia dos direitos dos profissionais de aplicativos, bem como o fortalecimento do movimento sindical. “Precisamos pôr fim ao contrato intermitente, pôr fim ao universo de medidas que precarizaram as relações de trabalho, sobretudo aos trabalhadores por aplicativo e a elevada informalidade”.

“Fazer a valer a importância de garantir a sustentação material dos sindicatos, de forma autônoma e independente, também está na síntese da ideia do movimento sindical brasileiro”, ressaltou.

O debate sobre a reforma trabalhista foi um dos temas mais debatidos pelo movimento sindical durante a campanha eleitoral. Na fase de transição, o presidente eleito Lula já sinalizou mudanças em pelo menos três pontos da reforma, como o que trata do regime de trabalho intermitente, o acordo direto entre patrão e empregado sem mediação do sindicato, e estudos sobre o retorno da aplicação da ultratividade em convenções coletivas, que consiste na prolongação dos efeitos do acordo coletivo de trabalho para além do prazo de sua vigência, até que nova negociação entre em vigor.

‘Lula deve tomar medidas urgentes para acabar com o trabalho precário’



Falta de recursos deixa atendimento do INSS à beira do colapso e ameaça até aposentadorias

O resultado do corte orçamentário no governo Bolsonaro veio à tona nessa semana, atingindo principalmente áreas fundamentais das universidades federais e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A situação do órgão foi exposta pelo próprio presidente, Guilherme Gastaldello, em ofício enviado ao governo federal na última sexta-feira (2). Sem verbas, o instituto está à beira de paralisar diversas atividades e o atendimento aos segurados e pensionistas pode ser impactado.

O ofício, enviado à Secretaria de Orçamento Federal e divulgado pela CNN, aponta que “a falta dos recursos causará grave prejuízo ao funcionamento desta Autarquia, ocasionando suspensões de contratos, a partir da próxima quarta-feira, dia 07/12/2022. Sem verbas, o instituto está à beira de paralisar diversas atividades e o atendimento aos segurados e pensionistas pode ser impactado.”

Conforme o documento, tratando do “impacto das restrições orçamentárias no âmbito do INSS”, a falta de recursos deve provocar o fechamento de agências, suspensão de perícias, atrasos em pagamentos do INSS e interrupção de contratos com terceirizados.

Desde 2018, o INSS sofre com a política de desmonte estatal implementada pelo governo, tendo como consequência uma fila de 5 milhões de pessoas que não conseguem ter seus benefícios garantidos dentro do prazo. A falta de concursos públicos para repor funcionários — somada à adoção de medidas com o único objetivo de reduzir custos, como teletrabalho, uso de plataformas digitais para requerimento de benefícios e de informações, além da falta de computadores e manutenção de sistemas — prejudicou funcionários e beneficiários. Agora, “a conta chegou”, como afirma a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Pre-

vidência e Assistência Social (Fenasps).

Em 2016, em todo o Brasil, havia 26 mil trabalhadores no INSS. Hoje esse número caiu para 18 mil e, conforme funcionários ouvidos pela reportagem da CNN, o cenário no órgão é descrito como “fim de mundo”.

Após “ajustes” para evitar paralisação das atividades, feitos por técnicos do governo, ajustes que não foram detalhados, o Ministério do Trabalho e Previdência divulgou uma nota, esclarecendo que “as restrições orçamentárias impostas neste fim de ano não ocasionarão interrupção dos serviços do INSS aos segurados. E que não haverá fechamento das unidades. O atendimento ao público está mantido. Reforçamos também que todos os pagamentos dos benefícios operacionados pelo INSS, como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, além dos assistenciais (como o BPC), entre outros, estão assegurados”.

vidência e Assistência Social (Fenasps).

Em 2016, em todo o Brasil, havia 26 mil trabalhadores no INSS. Hoje esse número caiu para 18 mil e, conforme funcionários ouvidos pela reportagem da CNN, o cenário no órgão é descrito como “fim de mundo”.

Após “ajustes” para evitar paralisação das atividades, feitos por técnicos do governo, ajustes que não foram detalhados, o Ministério do Trabalho e Previdência divulgou uma nota, esclarecendo que “as restrições orçamentárias impostas neste fim de ano não ocasionarão interrupção dos serviços do INSS aos segurados. E que não haverá fechamento das unidades. O atendimento ao público está mantido. Reforçamos também que todos os pagamentos dos benefícios operacionados pelo INSS, como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, além dos assistenciais (como o BPC), entre outros, estão assegurados”.

Para Carlos Müller, unicidade sindical é “a forma mais democrática de as entidades sindicais exercerem efetiva representação”

Em entrevista ao HP, Carlos Müller, presidente da Conttmaf (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos), afirmou que “o presidente Lula deve, com urgência, tomar medidas trabalhistas”, como o aumento real do salário mínimo e “acabar com as formas de trabalho precário possibilitadas pela reforma de 2017, como o injusto trabalho intermitente”, no qual o empregado fica à disposição do empregador, mas só recebe horas trabalhadas.

O dirigente sindical considera urgente, também, regulamentar as atividades profissionais por aplicativo, “para que esses trabalhadores tenham acesso à aposentadoria e outros direitos garantidos”. Defende ainda que “a ultratividade dos acordos e convenções precisam existir”, ou seja, enquanto não há novo acordo, vale o acertado na convenção passada.

Para o comandante Müller, rebaixar as condições de trabalho não traz progresso nem fará aumentar o nível de emprego. “Para gerar empregos, é necessário aumentar a atividade econômica e estimular aquelas que possuem maior potencial de induzir desenvolvimento interno, como a construção naval e do desenvolvimento da infraestrutura”, afirmou.

Müller disse entender que o presidente não tem o condão de revogar leis aprovadas no Congresso, “mas pode contribuir para que ocorra uma revisão na legislação a fim de corrigir os equívocos contidos na reforma que retirou direitos trabalhistas”.

Sobre o sistema de custeio das entidades sindicais, Müller falou que, “considerando a conjuntura atual e o processo histórico pelo qual

os trabalhadores brasileiros e seus sindicatos passaram, entendemos que haveria grande dificuldade para restabelecer um imposto sindical. O que nos parece possível é a contribuição sindical aprovada pela categoria em assembleia, relacionada à negociação coletiva, a chamada contribuição negocial”.

‘SIDICATOS AMARELOS’

E relação ao “pluralismo sindical”, o dirigente considera que seria abrir a porteira para a criação dos “sindicatos amarelos”, aqueles controlados por empresas, que não representam qualquer trabalhador de fato e que servirão apenas para atender aos interesses do capital. Com o pluralismo, disse, “há grandes possibilidades de multiplicação desenfreada do número de sindicatos”.

A vitória de Lula nas eleições projeta uma volta por cima do movimento sindical — amassado pelas criminosas reformas trabalhista, da Previdência e asfixia financeira — e reabre as discussões, já na Comissão de transição, sobre emprego, desenvolvimento, direitos, salário e organização sindical.

Müller é comandante da marinha mercante brasileira e contou que “no setor marítimo e portuário temos vários exemplos de países que adotam o pluralismo sindical. Nessas nações, via de regra, não se encontram os melhores salários e condições de trabalho”.

Membro da Executiva Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), o sindicalista declarou que defende a unicidade sindical, “com ampla representação da categoria pelo sindicato, por ser a forma mais democrática de as entidades sindicais exercerem efetiva representação dos trabalhadores”.

CARLOS PEREIRA

Leia abaixo a íntegra da entrevista:

HP - A CLT está ultrapassada? Na sua opinião, a reforma trabalhista veio para modernizar as relações trabalhistas no Brasil?

Carlos Müller - A CLT continua sendo uma legislação necessária e atualizada, assegurando aos trabalhadores direitos que possibilitam relações de trabalho mais equilibradas, apesar dos retrocessos trazidos pela reforma trabalhista.

HP - Os direitos retirados nos últimos anos devem ser restituídos pelo presidente Lula?

CM - O presidente não tem o condão de revogar leis aprovadas no Congresso, mas pode contribuir para que ocorra uma revisão na legislação a fim de corrigir os equívocos contidos na reforma que retirou direitos trabalhistas. Por outro lado, decretos e portarias podem ser revogados rapidamente e novas medidas editadas para fazer ajustes, inclusive por medida provisória, em alguns casos.

HP - A “carteira verde e amarela”, para trabalhadores de 18 a 25 anos, pretende cortar quase todos os direitos previstos na CLT. Isso vai possibilitar remediar o problema do desemprego?

CM - Rebaixar condições de trabalho não traz progresso nem fará aumentar o nível de emprego. Para gerar empregos é necessário aumentar a atividade econômica e estimular aquelas que possuem maior potencial de induzir desenvolvimento interno, como é o caso da construção naval e do desenvolvimento da infraestrutura.

HP - Quais as medidas trabalhistas mais urgentes que o novo governo deve tomar?

CM - Acabar com formas de trabalho precárias possibilitadas pela reforma de 2017, como o injusto trabalho intermitente. Também é necessário regulamentar as atividades profissionais

por aplicativo, para que esses trabalhadores tenham acesso a aposentadoria e outros direitos garantidos. A ultratividade dos acordos e convenções precisa existir e o salário mínimo tem de ser valorizado, contemplando ganho real.

HP - O pluralismo sindical traz democracia para o movimento sindical?

CM - No setor marítimo e portuário temos vários exemplos de países que adotam o pluralismo sindical. Nessas nações, via de regra, não se encontram os melhores salários e condições de trabalho. Defendemos a unicidade sindical, com ampla representação da categoria pelo sindicato, por ser a forma mais democrática de as entidades sindicais exercerem efetiva representação dos trabalhadores. Com o pluralismo, há grandes possibilidades de multiplicação desenfreada do número de sindicatos, bem como da criação de sindicatos “amarelos”, controlados por empresas que não representam qualquer trabalhador de fato e que servirão apenas para atender aos interesses do capital. Os sindicatos marítimos e portuários, assim como a CTB, defendem o sistema confederativo e a necessidade de regulamentação do artigo 8º da Constituição para que a unicidade sindical, já prevista em nosso ordenamento jurídico, seja consolidada.

HP - Qual sua proposta para o custeio do Movimento Sindical no Brasil?

CM - Considerando a conjuntura atual e o processo histórico pelo qual os trabalhadores brasileiros e seus sindicatos passaram, entendemos que haveria grande dificuldade para restabelecer um imposto sindical. O que nos parece possível é a contribuição sindical aprovada pela categoria em assembleia, relacionada à negociação coletiva, a chamada contribuição negocial.

Roberto D’Araújo alerta sobre a “pejotização” da energia

Em artigo publicado na segunda-feira (5), Roberto Pereira D’Araújo, engenheiro e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), alerta para o processo de “pejotização” generalizada no setor de energia no país.

De acordo com o especialista, esse processo ocorreu com a privatização de empresas com usinas prontas, sem a exigência de construção de novas usinas. D’Araújo argumenta que a “pejotização” do trabalho é um processo que individualiza o trabalhador ao privá-lo de direitos previdenciários que, a curto prazo, servem para financiar as aposentadorias atuais, além de impossibilitar sua própria aposentadoria no futuro.

“Evidentemente, a parte mais atingida é a previdência social. Como são considerados “hiper-suficientes”, os salários “pejotizados”, mais elevados, não colaboram com a formação de um fundo coletivo onde os mais velhos se aposentam. Pior, onde os mais pobres procuram assistência”, diz.

“Mas, o que isso tem a ver com a energia? Por incrível que pareça, adotamos a pejotização das usinas hidroelétricas ao, através da Lei 12.783/2013, basear o preço da energia de uma usina ‘amortizada’ como o custo de operação e manutenção da própria usina e não da usina na empresa. Uma visão contábil individualista do sistema. Uma pejotização”, afirma.

Para ele, no caso da produção energética brasileira, não se levou em conta que as usinas “velhas” financiam a construção de novas usinas para atender a demanda nacional. “A amortização desses ativos, dentro da contabilidade das empresas, encaradas sob um autofinanciamento planejado, é capaz de ampliar a oferta de energia”, afirma Roberto.

O discurso neoliberal de demonização das empresas públicas, imputando nessas a pecha de ineficiência e desconfiança, promoveu o “abandono do princípio do coletivo na sociedade que se observa desde 1995. Desconfiança das estatais e, ao invés de moralizá-las, privatiza-se sem compreender que privatizar não é apenas vender empresas”.

“Na década de 90, além de mais de 80 estatais privatizadas com financiamento do BNDES, a Eletrobras também foi posta à venda. Evidentemente, o capital tem seus próprios limites e, ao perceber que haveria uma verdadeira liquidação de usinas, os investidores se desin-

teressaram por novos desafios. Na realidade, o racionamento de 2001 ocorreu por conta do déficit de mais de 8.000 MW médios de oferta. Praticamente uma usina de Itaipu era esperada e não ocorreu. São Pedro não foi o culpado”.

O engenheiro do Illumina afirma que essa pejotização atingiu também os consumidores que se ‘individualizam’ no consumo de um produto, o kWh. “Em nenhum sistema elétrico o kWh pode ser individualizado. Afinal, temos uma rede que une o país de dimensões continentais, e por mais que o consumidor livre acredite estar consumindo energia de uma fonte vantajosa, ele não sabe de onde vêm seus kWh”, explica.

Roberto argumenta que o debate é essencial quando se discute a transição de governo, pois esse sistema gerou a necessidade de intervenções da Eletrobras, que foi usada para tentar corrigir as trajetórias de elevação de tarifa, vantagens indevidas e baixo investimento observados nesse período.

“Ao contrário do que é informado, em 2008 atingimos um ciclo de alto risco estrutural. Segundo os critérios vigentes, o consumo atingia os limites definidos pelas autoridades e aceitos pelo mercado. Por que não tivemos um momento de aperto energético? Porque temos uma hidrologia típica de país tropical que nos surpreendeu com três anos seguidos de recordes de chuva (2009 a 2011). O perigo estrutural foi camuflado por situações conjunturais. O mercado livre, totalmente pejotizado, capturou vantagens conjunturais por dez anos, deixando de fora os consumidores cativos, ou não-pejotizados”, fundamenta.

Com a preponderância do modelo individualista, que sempre permaneceu dominante, para garantir o aproveitamento de potenciais conhecidos, a Eletrobras foi obrigada a formar parcerias com o setor privado onde ela é minoritária, com mais de 16 GW construídos sob esse esquema.

D’Araújo defende que é necessário mudar a lógica desse sistema ou podemos repetir os erros do passado. “Se a pretensão é reestatizar a Eletrobras, tirando o Brasil da vergonhosa situação de ser o único país de base hidroelétrica majoritariamente privado, é preciso estar atento aos defeitos da modelagem de mercado adotada, pois, foi ela que produziu as duas vítimas: O consumidor e a Eletrobras”, conclui.





Novo senador pela Geórgia eleito no 2º turno

Warnock vence na Geórgia e dá maioria a democratas no Senado dos Estados Unidos

Ao derrotar, na terça-feira (6), o ex-jogador de futebol americano Herschel Walker, apoiado por Donald Trump, Warnock se tornou o 1º senador negro a conquistar um mandato “completo” na Geórgia. No Senado dos Estados Unidos, o mandato é de 6 anos, com eleições para cerca de 1/3 das cadeiras a cada 2 anos. Isso significa que, dos 100 assentos, 35 foram disputadas no pleito deste ano. As eleições de meio de mandato foram realizadas em 8 de novembro.

A Geórgia é o único Estado norte-americano a realizar um 2º turno caso os candidatos ao Senado não superem 50% + 1 dos votos na 1ª etapa. Agora os democratas acumulam 51 cadeiras e os republicanos 49, quebrando assim a paridade que por dois anos os levou a depender do voto decisivo da vice-presidente Kamala Harris, como define a legislação norte-americana.

A derrota de Walker engrossa a lista dos candidatos ligados a Trump que perderam em alguns dos principais Estados do país, como Nevada, Arizona e New Hampshire. Os candidatos a governador apoiados pelo ex-presidente no Arizona, Michigan e Geórgia também perderam nas primárias e nas eleições gerais do mês passado.

No campo político, a derrota do candidato republicano ao Senado na Geórgia não foi apenas uma disputa entre os candidatos dos dois partidos, mas também uma batalha interna dentro do Partido Republicano.

Herschel Walker foi promovido por Trump apesar de não ser consenso no partido. Ele foi acusado, entre outras coisas, por abuso físico contra mulheres, por forçar pelo menos uma namorada a fazer um aborto, apesar de se apresentar na campanha como um candidato ferocemente antiaborto, além de causar situações ridículas não apenas por pousar defendendo limites severos sobre questões políticas, mas também por suas colocações em torno da existência de vampiros e lobisomens, entre outras.

O PARLAMENTO SEGUE DIVIDIDO

Mas o que mais surpreendeu os observadores, expondo o peso da manipulação dos meios de comunicação na vida da população, é que um candidato como Walker, apesar de seu perfil ridículo, conseguiu levar esta corrida a um segundo turno contra o candidato democrata, reverendo Raphael Warnock, que havia sido pregador da mesma igreja que Martin Luther King Jr., em Atlanta, e foi endossado pela liderança nacional do partido, incluindo o ex-presidente Barack Obama.

O resultado, porém, não altera o quadro no Congresso norte-americano. Ao final da votação de meio de mandato, os democratas consolidaram seu poder no Senado e os republicanos recuperaram o controle da Câmara dos Deputados, de modo que a partir de 3 de janeiro o Congresso estará dividido, um obstáculo que o presidente Biden terá para impor sua agenda até 2024.

PROCESSOS CONTRA TRUMP

Jack Smith, o promotor especial encarregado de investigar Trump por possíveis delitos em torno dos eventos do ataque ao Capitólio, e também pelo manuseio ilícito de documentos oficiais secretos que ele levou para sua residência particular em Mar-a-Lago depois de deixar a Casa Branca, emitiu seus primeiros mandados buscando informações de funcionários eleitorais locais sobre suas comunicações com Trump e sua equipe no Arizona, Michigan e Wisconsin, que foram estados-chave no esforço para reverter os resultados das eleições de 2020.

Smith, que foi nomeado pelo procurador-geral Merrick Garland no mês passado e é reconhecido internacionalmente – nos últimos anos trabalhou como promotor no Tribunal Penal Internacional em Haia – também conseguiu remover um obstáculo para o prosseguimento da investigação de manipulação incorreta de documentos oficiais classificados quando um Tribunal de Apelações anulou a decisão de um juiz federal instalado por Trump, impondo um árbitro externo para avaliar os arquivos para alongar o processo.

Enquanto isso, um júri em Nova York considerou a Trump Corporation culpada de nove acusações, incluindo fraude fiscal criminal, conspiração para cometer furto e falsificação de documentos comerciais, entre outras. Embora Trump não tenha enfrentado acusações pessoalmente neste julgamento, sua capacidade de fazer negócios em Nova York pode ser afetada. E poucos fora do tribunal duvidam que Trump obviamente sabia o que seus subordinados estavam fazendo.

EUA lucra e UE agoniza com conflito na Ucrânia, diz líder do Cons. Europeu



Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, denuncia perdas

Coreia do Sul denuncia ataques dos EUA a produtos coreanos e europeus

O chefe do Comitê de Comércio do Parlamento Europeu, Bernd Lange, enfatizou que “a UE deveria entrar com uma ação na OMC contra a lei norte-americana” que configura concorrência desleal.

Seul e Bruxelas devem coordenar suas respostas a um pacote de subsídios em larga escala adotado pelos EUA, disse o ministro do Comércio sul-coreano, Dukgeun Ahn, na sexta-feira (9).

O pacote de subsídios de Washington, no valor de US\$ 430 bilhões, para carros elétricos e baterias produzidos nos Estados Unidos, adotado pelo Congresso norte-americano, merece uma resposta rápida, eficiente e integrada com a União Europeia (UE), defendeu o ministro do Comércio sul-coreano, Dukgeun Ahn.

A medida dos EUA oferece incentivos fiscais generosos às suas empresas que investirem em energia limpa e subsídios significativos para veículos elétricos domésticos, baterias e projetos de energia renovável, configurando concorrência desleal.

Sob a alegação de proteção climática e investimento social, e concebido com o pomposo nome de “Lei de Redução da Inflação” (IRA), o pacote deixará os fabricantes



Ministro do Comércio da Coreia do Sul, Dukgeun Ahn

sul-coreanos e europeus em desvantagem, alertou o ministro em entrevista à Euractiv.

Diante da ação unilateral impositiva e restritiva imposta pelo Congresso dos EUA em agosto, defendeu Ahn, é necessário trabalhar unitariamente para construir a resposta a essa política dos EUA baseada na concorrência desleal.

Na avaliação da União Europeia, o pacote viola as regras da concorrência ao oferecer abertamente incentivos para compradores de veículos elétricos estadunidenses, em detrimento dos demais.

“Temos muito espaço para a UE e a Coreia trabalharem juntas e tornarem o sistema [IRA] mais competitivo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a não causar problemas desnecessários para partes estrategicamente importantes da

nossa indústria”, avalia Dukgeun Ahn.

Para o ministro sul-coreano, seria muito importante que o governo dos EUA atuasse “para minimizar o impacto discriminatório” causado pelo IRA. “Caso fique óbvio que eles não podem fazer nada ou se não mostrarem vontade de trabalhar conosco para encontrar uma solução adequada, teremos que encontrar outra alternativa”, acrescentou o ministro sul-coreano.

Em resposta às medidas unilaterais estadunidenses, a presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, já havia proposto uma “ação” e a ampliação do apoio estatal às suas próprias empresas.

O chefe do Comitê de Comércio do Parlamento Europeu, Bernd Lange, enfatizou que “a UE deveria entrar com uma ação na OMC contra a lei norte-americana”.

“Quem causou isso? O que está acontecendo lá no Donbass desde 2014 e quantas pessoas saíram de lá porque os Estados Unidos estavam armando fortemente o exército ucraniano? Desde aquele momento a Ucrânia não era mais neutra, estava contra os russos e é isso que transformou o equilíbrio do equipamento militar e é daí que vem a guerra. Como tudo, toda guerra tem causa e efeito, mas nem ligam para isso”, afirmou o cineasta vencedor de três prêmios Oscar e crítico da política externa dos EUA, em entrevista ao jornal *sérvio* *Politika*.

“Não quero entrar mais detalhadamente na história do que está acontecendo na Ucrânia, porque o caso não é simples e todo mundo está gritando: ‘Os russos estão atacando’”, disse, questionando sobre quem foi realmente o responsável por tal cenário e mostrando que é necessário a abertura à discussão nesta importante questão.

Stone é autor do documentário de uma hora e meia, “Ucrânia em chamas”, lançado em 2016 no Brasil, que apresenta, com seriedade, a revolução colorida que ocorreu na Praça Maidan, em Kiev, ocorrida dois anos antes e sob interferência escancarada da Casa Branca.

“Os Estados Unidos são especialistas em condenar qualquer país do mundo quando acham que cruza a linha da ordem internacional, o que eles chamam de regras. Mas, são os EUA que quebram todas as regras quando quer e você sabe disso”, prosseguiu Stone.

“Eles me perguntam sobre o caso Khashoggi* e foi cruel, mas acho que um dos piores casos é

Para o presidente do Conselho Europeu e ex-premier belga, a União Europeia está sofrendo com o conflito na Ucrânia e EUA tira proveito dos altos preços nos produtos energéticos

Referindo-se ao efeito bumerangue das sanções contra a Rússia e em especial o gás e petróleo, Michel reconheceu que o “impacto do conflito nos EUA não é o mesmo que na UE”, principalmente no setor energético.

Isso porque Washington é exportador de energia, enquanto a UE, sendo dependente das importações, está correndo sério risco de entrar em recessão.

Michel afirmou que as indústrias europeias “pagam mais pela energia e enfrentam a concorrência das norte-americanas”. “Países como os EUA e a Noruega estão tirando proveito dos altos preços energéticos”, acrescentou. Na sexta-feira, Michel esteve em visita a Pequim, coincidentemente no mesmo dia em que o presidente francês, foi a Washington se reunir com o chefe da Casa Branca.

Quanto à assim chamada Lei de Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês), já assinada por Biden e que entrará em vigor em 1º de janeiro, o presidente do Conselho Europeu assinalou que não passa de mais uma medida visando seus próprios interesses econômicos.

Ao estabelecer subsídios de US\$ 369 bilhões para novas unidades fabris de setores de ponta como veículos elétricos e cortes de impostos para a compra de produtos Made in America, a IRA vem sendo denunciada na Europa – ainda mais quando os fabricantes europeus têm de pagar até seis vezes mais caro pelo gás americano – como ameaça direta de desindustrialização.

A explicação de Washington para a concorrência predatória é que precisa conter o crescimento chinês.

Michel assinala que a UE não deve se tornar uma “vítima colateral” do confronto entre Pequim e Washington. Ele reiterou que nas relações com a China, a “UE tem interesses para afirmar”, embora, já que o hábito deixa a boca torta, insistindo em que a UE e o EUA têm “pontos de convergência” em relação à política chinesa.

“Estados Unidos causaram atrito na Ucrânia de forma deliberada”, afirma o cineasta Oliver Stone

O cineasta norte-americano Oliver Stone, declarou que o conflito na Ucrânia foi causado por ações deliberadas de Washington que levaram Kiev a perder a sua estatura de neutralidade em relação à Rússia.

“Quem causou isso? O que está acontecendo lá no Donbass desde 2014 e quantas pessoas saíram de lá porque os Estados Unidos estavam armando fortemente o exército ucraniano? Desde aquele momento a Ucrânia não era mais neutra, estava contra os russos e é isso que transformou o equilíbrio do equipamento militar e é daí que vem a guerra. Como tudo, toda guerra tem causa e efeito, mas nem ligam para isso”, afirmou o cineasta vencedor de três prêmios Oscar e crítico da política externa dos EUA, em entrevista ao jornal *sérvio* *Politika*.

“Não quero entrar mais detalhadamente na história do que está acontecendo na Ucrânia, porque o caso não é simples e todo mundo está gritando: ‘Os russos estão atacando’”, disse, questionando sobre quem foi realmente o responsável por tal cenário e mostrando que é necessário a abertura à discussão nesta importante questão.

Stone é autor do documentário de uma hora e meia, “Ucrânia em chamas”, lançado em 2016 no Brasil, que apresenta, com seriedade, a revolução colorida que ocorreu na Praça Maidan, em Kiev, ocorrida dois anos antes e sob interferência escancarada da Casa Branca.

“Os Estados Unidos são especialistas em condenar qualquer país do mundo quando acham que cruza a linha da ordem internacional, o que eles chamam de regras. Mas, são os EUA que quebram todas as regras quando quer e você sabe disso”, prosseguiu Stone.

“Eles me perguntam sobre o caso Khashoggi* e foi cruel, mas acho que um dos piores casos é

“DESSINCRONIA”

Já Macron voltou de Washington com as mãos abanando. O que não o impediu de, ridiculamente, chamar a extorsão dos EUA no gás que exporta aos europeus, após proibir o gás russo, de “dessincronização”.

“Quando você olha para a situação atual, há efetivamente uma dessincronização. Por que? Energia. A Europa é... um comprador de gás e petróleo. Os Estados Unidos são produtores. E quando você olha para a situação, nossas indústrias e nossas casas não estão comprando pelo mesmo preço. Então, há uma grande lacuna que afeta o poder de compra e a competitividade de nossas sociedades”, disse Macron em entrevista à CBS.

Em suma, como admitiu Macron, “o custo desta guerra não é o mesmo, em ambos os lados do Atlântico”.

O que tampouco impediu a União Europeia de entrar de mala e cuia nas novas sanções ao petróleo russo transportado por mar, com Washington estabelecendo artificial e ilegalmente o preço de 60 dólares o barril, imposição que irá agravar a crise energética – com a Europa, de novo, sendo a região mais atingida.

“NADA DE PÂNICO”

Macron pediu aos franceses que mantenham a calma diante de possíveis cortes de energia durante o inverno em meio à crise energética europeia.

A declaração foi feita em entrevista ao jornal francês *Le Parisien*, na qual Macron comentou o risco de apagões na França durante o inverno.

“Vejo muita preocupação com isso, mas não entrem em pânico! É responsabilidade do governo elaborar cenários para lidar com qualquer situação”, disse o presidente da França.

O pior cenário será “evitado”, asseverou Macron, se os cidadãos franceses cooperarem e cumprirem o chamado plano de sobriedade energética. “Vamos sobreviver ao inverno”, prometeu o mandatário.

PC da Rússia destaca conquistas da URSS no 100º aniversário de sua fundação

“A história soviética é a história de sanções e bloqueios impostos contra nós pelo imperialismo ocidental, tentando nos sufocar econômica e tecnologicamente. Ou seja, a URSS viveu por 70 anos na situação em que nos encontramos hoje. Apesar de tudo isso, o período soviético foi de rápido desenvolvimento e grandes conquistas”, afirmou o primeiro vice-presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, Yuri V. Afonin, em discurso na sessão plenária da Duma Estatal, propondo que o 100º aniversário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no dia 30 deste mês, deveria se tornar um feriado nacional.

“A União Soviética é o lançamento do primeiro satélite, é o primeiro voo tripulado ao espaço, é a primeira estação orbital, é a primeira usina nuclear, é o primeiro quebra-gelo nuclear, é a primeira vitória completa do mundo sobre a praga do desemprego, é a primeira jornada de trabalho de oito horas e a licença-maternidade, são as maiores conquistas da ciência e da educação gratuita. Todas essas conquistas marcaram tanto que a humanidade se lembrará delas 100, 200 e mil anos depois”, assinalou Afonin, dirigindo-se ao presidente do Parlamento Russo, Vyacheslav Volodin.

Em 30 de dezembro de 1922, aconteceu em Moscou o primeiro Congresso dos Soviets de toda a União. Neste Congresso fundou-se por proposta de Lênin e Stalin a união voluntária e livre formada pelos Estados dos povos soviéticos: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Faziam parte da URSS, no início, a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), a República Socialista Federativa Soviética da Transcaucásia (RSFSST), a República Socialista Soviética da Ucrânia, (USSU) e a República Socialista Soviética da Bielorrússia (RSSB). Pouco tempo depois, se constituíram na Ásia Central três Repúblicas Soviéticas independentes dentro da União: as Repúblicas do Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjikistão. Todas estas Repúblicas se agruparam na União dos Estados Soviéticos sobre a base de sua livre vontade, com direitos iguais, e conservando cada uma delas a faculdade de abandonar livremente a União Soviética.

“É hora de nos afastar do caminho liberal sem saída. Temos um trabalho duro pela frente. Devemos vencer a guerra desencadeada contra nós pelo bloco imperialista ocidental”, disse, apontando que “isso requer uma política socioeconômica completamente diferente. Aquela cujos contornos foram delineados em nosso país durante a rápida modernização leninista-stalinista do século XX, ajustada, é claro, à tecnologia do século XXI. Em primeiro lugar, é indispensável a nacionalização de indústrias-chave e o planejamento estratégico da economia”.

“Quando dois meses atrás, nós e vocês fizemos a história aprovando a unificação de novas regiões com a Rússia, o presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, Gennady Andreyevich Zyuganov, disse que esta era uma festa com lágrimas nos olhos. Com lágrimas, porque os nazistas de Kiev continuam hoje a matar pessoas que se tornaram nossos cidadãos. Devemos enxugar essas lágrimas, proteger nossos novos compatriotas, restaurar as cidades e fábricas destruídas, dar um novo impulso ao desenvolvimento do país e avançar a passos largos. Só podemos fazer isso nos apoiando na experiência da grande União Soviética”, sublinhou o dirigente comunista.

“Caros colegas! Não é tarde demais para dar um significado nacional ao grande aniversário histórico”, afirmou Afonin, convocando a todo o Parlamento e a toda a mídia russa, especialmente à mídia estatal, para cobrir amplamente os eventos de comemoração do aniversário de fundação da URSS.

Leia no site do HP a íntegra da declaração na Duma do primeiro vice-presidente do PC russo, Yuri Afonin

Polícia alemã prende 25 golpistas em meio a seus planos de derrubar o governo

Com as 25 prisões desta quarta-feira (7), foi desbaratada a ação golpista dos participantes do bando Reichsbürger (Cidadãos do Reich). A ministra do Interior, Nancy Faeser, garantiu que as autoridades responderão com toda a força da lei “contra os inimigos da democracia”.

De acordo com a Promotoria, o grupo já havia feito planos para governar a Alemanha com departamentos de saúde, justiça e relações exteriores. Os fanáticos entenderam que só poderiam atingir seus objetivos por “meios militares e violência contra representantes do Estado”, o que incluía a realização de uma série de assassinatos.

Um empresário do ramo imobiliário que se assume como “Heinrich XIII” e se autodenomina príncipe – na verdade Heinrich Reuss, descendente de uma família nobre de Frankfurt – seria uma das peças centrais na ação, tendo a seu lado o chamado “Rudiger v. P.”, ex-comandante de paraquedistas e a jurista Birgit Malsack-Winkemann, ex-representante do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) no

parlamento federal entre 2017 e 2021.

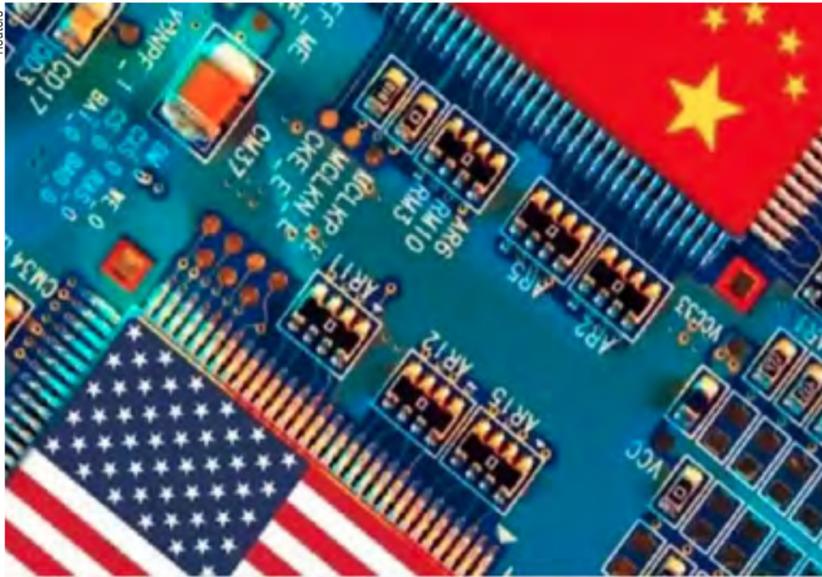
Reconhecida por suas posições de extrema-direita, Malsack-Winkemann ocupou as manchetes dos jornais recentemente devido a uma tentativa fracassada de um político em Berlim de impedi-la, após o fim do seu mandato parlamentar, de reassumir o cargo de juíza do tribunal distrital na capital alemã. A solicitação do parlamentar foi negada em outubro.

Os extremistas do Reichsbürger – grupo estimado em 21 mil pessoas – vêm sendo seguidos de perto pela polícia alemã devido aos ataques violentos perpetrados e às teorias de conspiração racistas e antisemitas. A trama audaciosa, avaliada pelas autoridades, indica maior comprometimento – e radicalização – que pode andar de mãos dadas com o crescimento da desinformação pandêmica online.

Entre outras violências do grupo, denuncia a polícia, está a conspiração para sequestrar o ministro da saúde alemão – arquitetada por uma gangue ligada a essas pessoas em abril.

Leia mais no site do HP

China dribla bloqueio dos EUA a chips ao adotar ‘código aberto’



A maioria dos 10 chips RISC-V apresentados no ano passado já atingiu produção em massa

Castillo tenta fechar o Congresso do Peru e é destituído por 101 votos a 6

A vice-presidente do Peru, Dina Boluarte, foi empossada nesta quarta-feira (7) como a primeira presidente do país após o Congresso da República destituir Pedro Castillo alegando “incapacidade moral permanente”. Isolado, o agora ex-presidente, foi afastado por 101 votos a favor, 6 contra e 10 abstenções.

“Como todos sabemos, houve uma tentativa de golpe promovida por Pedro Castillo, mas não encontrou eco nas instituições estatais e nas ruas”, declarou Dina, comprometendo-se a “defender a soberania nacional, a idoneidade física e moral da República e a independência das instituições democráticas”.

Diante da profunda crise institucional instaurada, a Assembleia Nacional dos Povos, que reúne os principais movimentos sociais do Peru, rechaçou “categoricamente o autogolpe” promovido pelo presidente contra a institucionalidade do país. “Nossa proposta é uma saída democrática, com a mudança através de uma Nova Constituição no marco de uma consulta e um diálogo com a cidadania”.

“Nós nos opomos firmemente a motivadores de golpes de todos os tipos. Pedro Castillo rompe com a proposta de



Congresso peruano repeliu a tentativa de seu fechamento

mudança para a qual foi eleito, e ao mesmo tempo se aventura numa ação autoritária sem rumo e sem aceitação popular”, defendem as entidades.

No documento, reiteram que veem na Constituinte a saída para a superação da trágica herança deixada pelo ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000) – que se encontra preso. Este, reiteram, é o “caminho para uma solução democrática, com base no diálogo nacional e em novas regras que estabelecem uma democracia sólida”.

Os movimentos sociais consideram que “este ato golpista e antidemocrático” de Castillo “fez um imenso

favor às forças da ultradireita, que agora se disfarçam de democratas e lhes permitem um cenário favorável para o seu projeto neoliberal, continuista e entreguista”.

Em nota pública, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru recordou que Castillo poderia ter fechado o Congresso logo após a negativa de confiança a dois conselhos de ministros, como indicado na Constituição do país, mas que, no entanto, apesar de contar com as oportunidades correspondentes, se negou a fazê-lo, “dando chance e poder à direita golpista que hoje busca lavar as mãos depois de uma dissolução do parlamento falida”.

Editor-chefe do WikiLeaks alerta que Assange pode ser extraditado “dentro de semanas”

Julian Assange pode ser extraditado para os Estados Unidos dentro de semanas, alertou o editor-chefe do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, em entrevista ao jornalista Glenn Greenwald, durante sua visita ao Brasil na semana passada, quando se reuniu com o presidente eleito Lula e com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A Greenwald, ele advertiu que Assange estava “ficando sem tempo”, as vias legais em Londres para contestar sua extradição ilegal estão se esgotando e “ele nunca terá um julgamento justo” nos EUA.

“O caso de Julian está chegando ao fim de todas as possibilidades de obter uma solução justa por meio do processo judicial. Ele está lutando contra a extradição em Londres. Dentro de semanas, ele poderia ser extraditado”, afirmou Hrafnsson.

Assange foi acusado sob a Lei de Espionagem (de 1917) pelas publicações do WikiLeaks expondo crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão e a intervenção e golpismo de Washington e suas agências de inteligência no mundo inteiro, e teve sua extradição pedida pelo governo Trump, achaço mantido pelo regime Biden, que já obteve de alta corte britânica sinal verde, estando sujeito a 175 anos de cárcere.

Há uma década Assange vem sendo submetido a uma operação da CIA de assassinato de reputação, e a organização inclusive discutiu seu sequestro e assassinato. Não escapou disso nem quando ainda estava abrigado na embaixada do Equador em Londres e agora está há três



Editor-chefe do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson. (Telam)

anos sem acusação formal no presídio de segurança máxima de Belmarsh, a “Guantánamo britânica”.

Como registrou o portal wsws, Hrafnsson foi nomeado editor do WikiLeaks em 2018 depois que a comunicação de Assange com o mundo exterior foi cortada sob pressão do governo dos EUA, depois virada de mesa do governo Moreno, que se seguiria com entrega dele à polícia inglesa em abril de 2019.

Jornalista premiado por mérito próprio, Hrafnsson trabalhou com Assange para verificar a mais impactante denúncia do WikiLeaks, o vídeo Collateral Murder [Assassinato Colateral], tendo viajado para o Iraque no início de 2010 para entrevistar parentes de civis mortos por ataques aéreos desde um helicóptero AH-64 Apache dos EUA. O caso – até hoje impune – incluiu o assassinato de dois jornalistas da Reuters. Hrafnsson disse que os

canais legais para Assange apelar de sua extradição estão se fechando rapidamente. Em junho, a então secretária do Interior do Reino Unido, Priti Patel, aprovou a extradição de Assange depois que a Suprema Corte anulou uma decisão judicial anterior, em primeira instância, que o favorecia por motivos médicos. Nesses casos, a favor do réu, a norma é que a corte superior acompanhe a decisão da instância inferior.

O Supremo Tribunal aceitou garantias vazias do governo dos EUA de que Assange não enfrentaria tratamento opressivo, ignorando evidências esmagadoras de que a CIA conspirou para sequestrar e matar Assange na gestão de Mike Pompeo e todo o histórico das prisões de segurança máxima dos EUA e seu regime brutal de encarceramento em solitária, como viu de perto a denunciante Chelsea Manning. Mais em horadopovo.com.br

11 empresas de semicondutores chinesas anunciaram que seus chips mais recentes serão baseados na arquitetura RISC-V de código aberto, ou seja, acessível a todos e que impede a intervenção de Washington

O jornal South China Morning Post informou que 11 empresas de semicondutores chinesas anunciaram que seus chips mais recentes serão baseados na arquitetura RISC-V. Esta arquitetura foi desenvolvida pela Universidade da Califórnia em 2010 e é baseada em um código aberto, acessível a todos, assinalou a publicação.

O que significa um driblo no ferrolho que Washington, acompanhado por Londres, tenta impor ao desenvolvimento da alta tecnologia da China, através das proibições ao uso de arquiteturas proprietárias.

Os novos chips baseados na arquitetura de código aberto RISC-V “representam um nível avançado de design do circuito integrado”, conforme um comunicado da RISC-V Industry Consortium da China, registrado pelo jornal. O grupo é formado por start-ups locais RISC-V e pela empreiteira de design de circuitos integrados baseada em Xangai, a VeriSilicon Holdings.

A maioria dos 10 chips RISC-V apresentados no ano passado já atingiu a produção em massa, ultrapassando 10 milhões de unidades, disse Wayne Dai, diretor da VeriSilicon Holdings. Outros estão programados para entrar no mercado em 2023.

ARQUITETURA RISC-V

Também o portal Ásia Times chamou a atenção sobre o papel da arquitetura RISC-V de código aberto nos esforços para contornar as sanções dos EUA aos semicondutores. Pronunciado como “risco cinco”, o RISC-V é uma arquitetura de conjunto de instruções (ISA) de padrão aberto com base nos princípios de design do computador com conjunto de instruções reduzido. Concebido na Universidade da Califórnia, Berkeley, em 2010, é uma plataforma gratuita e não proprietária para o desenvolvimento de processadores IC.

Os esforços combinados de governo, academia e empresas privadas, incluindo os líderes de alta tecnologia Alibaba e Tencent, estão criando uma ampla gama de processadores domésticos que estão fora do alcance das restrições de exportação americanas e outras interferências politicamente motivadas, destaca o portal.

De eletrônicos de consumo a inteligência artificial, eles estão desenvolvendo um ecossistema independente de dispositivos semicondutores chineses, com o apoio da comunidade mundial de código aberto RISC-V, acrescenta AT

Arquiteturas de conjunto de instruções proprietárias da Intel, AMD e outras empresas americanas estão sujeitas ao controle direto do governo dos EUA. Os da Arm, a empresa britânica de design RISC de enorme sucesso, de propriedade do Softbank do Japão, são considerados pelos chineses como de alto risco devido à potencial influência dos EUA sobre seu proprietário.

A Fundação RISC-V foi estabelecida em Delaware em 2015 para apoiar e gerenciar a tecnologia de código aberto, com o Instituto de Tecnologias de Computação da Academia Chinesa de Ciências como um dos fundadores. Outros membros fundadores incluem Google, Qualcomm, Western Digital, Hitachi e Samsung. Huawei e Alibaba se juntaram à organização mais tarde.

Em 2020, a Fundação foi incorporada na Suíça como Associação Internacional RISC-V, saindo dos Estados Unidos para evitar possíveis interrupções causadas pela política comercial anti-

China do então presidente Donald Trump. A China – comenta o portal – teve sorte porque Trump, ao infligir punições severas à Huawei e à ZTE, não mirou no RISC-V, e porque o RISC-V se mudou para a Suíça antes que o governo Biden assumisse o poder.

O RISC-V agora reivindica mais de 3.100 membros em cerca de 70 países. Sua declaração de missão diz: “O RISC-V combina uma abordagem técnica modular com um ISA aberto e livre de royalties – o que significa que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode se beneficiar do IP fornecido e produzido pelo RISC-V. Sem fins lucrativos, o RISC-V não mantém nenhum interesse comercial em produtos ou serviços. Como um padrão aberto, qualquer pessoa pode aproveitar o RISC-V como um bloco de construção em suas soluções e serviços abertos ou proprietários.”

INCENTIVOS

Autoridades de Xangai autorizaram em 2018 incentivos financeiros para o desenvolvimento do RISC-V. No mesmo ano, também em Xangai, o especialista chinês em RISC-V StarFive foi fundado com o apoio da SiFive, líder em tecnologia com sede em Santa Clara. Apoiado pela Intel Capital e Qualcomm Ventures, o SiFive promove o RISC-V em todo o mundo.

As unidades de processamento central (CPUs) RISC-V da StarFive são projetadas para competir com a Arm em aplicações de computação, data center, telecomunicações, automotivas e industriais. Fabricados com tecnologia de processo de 12 nm, eles são voltados para mercados de alto volume e estão dentro das capacidades de produção das fundições chinesas, caso os americanos decidam interromper o acesso da empresa à TSMC, sublinha a AT.

O computador compacto de placa única VisionFive 2 da StarFive é vendido por cerca de US\$ 60 e possui um processador RISC-V quad-core de 1,5 GHz, suporte para até 8 GB de RAM e uma GPU com suporte a gráficos 3D. A StarFive também desenvolve soluções personalizadas de infraestrutura de sistema em chip RISC-V, como um sistema de gás urbano que inclui medidores inteligentes, transmissão de dados, gerenciamento de sistema e dados e segurança de rede. Os outros produtos incluem uma plataforma de processamento de imagem e vídeo para segurança doméstica, pública e industrial.

CADA VEZ MAIS POPULAR

A tecnologia RISC-V tornou-se cada vez mais popular na China. O primeiro RISC-V Summit China, organizado pela Shanghai Tech University e pelo Instituto de Software da Academia Chinesa de Ciências em 2021, atraiu mais de 30 mil participantes, a maioria online devido à Covid. O segundo, realizado em agosto deste ano, teria atraído mais de três vezes mais pessoas.

Em abril passado, o Instituto de Tecnologia de Computação anunciou que o novo Instituto de Pesquisa de Chips de Código Aberto de Pequim iniciou suas operações com projetos baseados no processador XiangShan. XiangShan é uma criação conjunta da Academia Chinesa de Ciências; o Pengcheng Laboratory em Pequim, dedicado a P&D de telecomunicações e internet; Vcore, um designer de processador RISC-V; e empresas privadas, incluindo Alibaba e Tencent.

Leia a íntegra no site do HP

Anti-imperialismo reaproxima a Rússia do socialismo - (6)

Continuação da edição anterior

“A lei do equilíbrio entre a procura e a oferta atua no mercado socialista de forma rigorosa. Neste mercado os preços têm um caráter objetivo, e enquanto isso foi tido em conta, as prateleiras estavam cheias de produtos, ao mesmo tempo que os preços baixavam; mas quando se negligenciou esse aspecto, surgiu um desequilíbrio na circulação monetário-mercantil, a procura não satisfeita refletiu-se no aumento dos depósitos poupança, acumularam-se reservas excessivas de mercadorias armazenadas e outras contrariedades. Mas o culpado disto não foi o socialismo, mas as pessoas que marcharam obstinadamente contra as suas leis objetivas”

SÉRGIO CRUZ*

que são em geral bens de consumo da população?

“Os bens de consumo são meios de reprodução da força de trabalho; são os substitutos ou representantes mais diretos e próximos do trabalho vivo no sistema de relações de valor, pois, como se sabe, o trabalho em si não tem valor, nem preço.

“A divisão da produção nacional em mercadorias e não mercadorias comporta uma série de importantes consequências.

“A primeira é o fato de o valor do sobreproduto, ou rendimento líquido, passar a poder consolidar-se apenas, em rigor, nos preços dos bens de consumo. Isto acontece simplesmente porque, do ponto de vista econômico, só eles constituem mercadorias e só eles têm um preço no sentido próprio da palavra. Ou seja, um preço que não é um valor convencional-contabilístico, mas que tem relevância econômica determinante. O rendimento líquido não é mais do que a diferença entre o preço de venda e o preço de custo. Se os preços não tiverem expressão econômica, então não haverá um rendimento economicamente fundamentado.

“A este respeito gostaria de alertar para o preconceito comum de que, alegadamente, no mercado socialista de bens de consumo nunca se teve em conta a lei da procura e da oferta, que os preços eram definidos a eito e que isso, supostamente, estaria bem.

LEI DA OFERTA E DA PROCURA

“A lei do equilíbrio entre a procura e a oferta atua no mercado socialista de forma rigorosa. Neste mercado os preços têm um caráter objetivo, e enquanto isso foi tido em conta, as prateleiras estavam cheias de produtos, ao mesmo tempo que os preços baixavam; mas quando se negligenciou esse aspecto, surgiu um desequilíbrio na circulação monetário-mercantil, a procura não satisfeita refletiu-se no aumento dos depósitos poupança, acumularam-se reservas excessivas de mercadorias armazenadas e outras contrariedades. Mas o culpado disto não foi o socialismo, mas as pessoas que marcharam obstinadamente contra as suas leis objetivas.

“A segunda consequência é a circunstância de surgir uma nova distinção entre as mercadorias e as não mercadorias: as primeiras constituem a produção social final e as segundas, produção social intermediária. Não pode ser de outro modo, dado que, seja sob que forma for, ainda existe mercado no organismo econômico da sociedade, e se a sociedade ainda não pode



prescindir do mercado, então economicamente não há quaisquer outras variantes a não ser considerar como produto social final apenas e unicamente a parte que é realizada no mercado, e aquilo que não chega ao mercado realiza-se de acordo com outras regras, sendo incluído no produto social intermediário.

“Assim, em princípio, toda a produção destinada ao processo técnico-produtivo, à exceção de uma pequena parte que é vendida à população nas mesmas condições que os bens de consumo, do ponto de vista econômico, é incluída na categoria de produção social intermediária, e o seu valor de referência é o preço de custo e não o preço de venda.

“Por último a terceira consequência. Apesar de o valor do sobreproduto ser criado por todos os trabalhadores da produção material, ele só ‘amadurece’ para a sociedade, caindo no processo econômico para o depósito, só se acumula no mercado de consumo; ou como frequentemente se dizia antigamente, ‘não na esfera da produção, mas na esfera da circulação’.

“Nas células de produção, digamos, ao seguirmos o amadurecimento do novo valor, todos os elos da cadeia social e tecnológica nos conduzem ao mercado, pois nas células produtivas, em si, não se forma o valor do sobreproduto.

“Naturalmente que este é um modelo ideal. Na realidade tudo se passa de uma forma menos linear. Mas agora é a altura própria para recordar que Lenin, explicando a essência do socialismo, várias vezes recorreu nos seus trabalhos à analogia entre o caráter integral da economia socialista e as diversas formas de corporações industriais capitalistas. Assim, no Estado e a Revolução, fala da economia socialista socializada como de ‘um único consórcio estatal, nacional’. É também amplamente conhecida a comparação que Lenin faz entre a sociedade socializada e ‘o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo’.

“E se olharmos até onde chegamos na busca do sistema econômico socialista, vemos que na realidade, no nosso país, toda a economia nacional estava ‘ligada’ de modo algo semelhante a um consórcio gigante multi-setorial, ou um ‘consórcio nacional’.



“O consórcio chega ao mercado com uma determinada produção final, e o lucro, que foi extraído do conjunto da atividade, só está contido no preço desta produção. Depois o lucro total é dividido por todos os participantes na cadeia tecnológica. Não passa pela cabeça de ninguém formar o lucro no preço do produto intermediário, apesar de os produtos semi acabados transitarem dezenas de vezes no interior do consórcio, de uma empresa para outra, e apesar de cada empresa estar separada das restantes, como se costuma dizer, por mares e oceanos. O fato é que o produto intermediário passa de elo em elo a preços de transferência, ‘sem lucro’, que são aproximadamente iguais ao preço de custo.

“Um tal ‘consórcio nacional’ foi formado de fato, nos anos 30 e 40, na economia do nosso país. Neste ‘consórcio’, ou complexo econômico unificado, considerava-se produção intermediária a produção destinada ao processo técnico-produtivo, e produção final as mercadorias de consumo geral.

“A produção destinada ao processo técnico-produtivo não era vendida, mas integrada num fundo, ou seja, era distribuída pelos canais de abastecimento técnico-material. Os preços eram estabelecidos uniformemente um pouco acima do preço de custo (preço de custo mais o chamado lucro mínimo, uma pequena percentagem do preço de custo).

“A redução do preço de custo era um dos principais indicadores de avaliação do plano. Na base da redução do preço de custo, baixavam os preços do varejo e, deste modo, o rendimento líquido criado na produção material percorria a cadeia social-tecnológica até chegar ao mercado, onde tomava a forma de imposto sobre transações, incorporado no preço das mercadorias, que era arrecadado pelo Estado.

“Deve-se salientar que o Estado conduzia uma política ativa de redução dos preços de varejo, e era exatamente a perspectiva da baixa iminente dos preços de varejo da produção que impelia os dirigentes econômicos a procurarem energeticamente margem para reduzir o preço de custo.

“Deve-se sublinhar que o termo ‘imposto sobre transações’, utilizado para designar este pagamento, não reflete em absoluto a sua verdadeira natureza nas condições da economia socialista. Não era um imposto, mas em rigor a consolidação do rendimento líquido da sociedade nos pre-

ços da produção social final.

A distribuição do rendimento líquido ‘segundo o trabalho’ (através da redução regular dos preços e aumento dos fundos de consumo social gratuito)

A economia nacional soviética do período de Stalin não foi uma ‘economia de mobilização’, mas uma verdadeira economia socialista.

“Entre os nossos economistas da época que precedeu a perestroika era muito popular a ideia de que precisávamos assimilar as realizações e aproveitar tudo o que havia de melhor no Ocidente.

“Porém, nunca a nossa economia atingiu um nível tão esplêndido, orgânico, produtivo e historicamente justificado, de assimilação das realizações da civilização ocidental como na época de Stalin. Contudo, não era uma simples assimilação, mas uma genuína ‘reprodução’ dialética, ou seja, uma reelaboração criativa, com o aproveitamento daquilo que era mais importante e a passagem para um novo degrau histórico.

“Esta reelaboração dialética tem um valor particular pelo fato de ter sido realizada objetivamente, sem uma intenção consciente claramente expressa. Naturalmente que os bolcheviques-stalinistas se lembravam do preceito leninista sobre a necessidade de assimilar todas as riquezas intelectuais e práticas-organizativas da humanidade. Mas certamente que ninguém, começando pelo próprio Stalin, se colocou conscientemente o objetivo de sintetizar dialeticamente os progressos alcançados pela burguesia. Tanto mais que, historicamente, uma parte essencial destes progressos ainda não se tinham concretizado, e o pano de fundo em que decorreu o nosso primeiro quinquênio foi a crise mundial de 1929-33.

“Não obstante, o princípio profícuo de não obter lucro do preço do produto intermediário, o qual na economia capitalista só podia ser aplicado no quadro das corporações industriais, foi objetivamente generalizado no nosso país à escala de todo o organismo econômico.

“Atrás já dissemos que o valor do sobreproduto, ou rendimento líquido, tem a propriedade de ‘se colar’ ao fator de produção que é dominante numa dada etapa histórica, isto é, ao qual está ligado e no qual radica o poder da classe dominante.

“Vejam agora no modelo de Stalin a que aparece ‘colado’ o rendimento líquido social – tendo em conta que a linha de transfe-

rência da função de formação do rendimento para os preços no mercado de consumo era conduzida com vista a ter a maior abrangência possível, malgrado não se ter realizado na totalidade.

“Ora, porquanto os bens de consumo geral são na sua essência os substitutos diretos e representantes no mercado do trabalho vivo, o que vemos é que aqui o rendimento social líquido não ‘se cola’ a outra coisa senão ao trabalho vivo. Por outras palavras, objetivamente o rendimento social líquido forma-se proporcionalmente ao trabalho vivo, aos seus gastos. Ou seja, o fator de produção [trabalho vivo] ao qual no regime socialista deve pertencer a hegemonia econômica e política está colocado na própria estrutura, no corpo do organismo econômico, numa posição que lhe garante essa hegemonia: para ele ‘flui’ o resultado final do processo social de produção, o valor do sobreproduto.

“E aqui termina a analogia com a corporação capitalista; aqui se realiza um avanço basilar, social-estrutural, de dimensão formativa, resolve-se a contradição entre o caráter social do trabalho e a apropriação privada dos seus resultados, a qual o socialismo é de fato chamado a resolver. Da apropriação privada transitamos para a apropriação social, da formação e distribuição do novo valor através do capital, segundo o capital, passamos para a formação e distribuição segundo o trabalho, da distribuição sob a forma monetária ao nível das unidades de produção, passamos para a distribuição sob a forma natural ao nível estatal.

“Houve sempre muita conversa, e ainda hoje há, sobre a ‘distribuição segundo o trabalho’, mas as pessoas obstinam-se em não querer compreender duas coisas simples: primeiro, só é possível distribuir segundo o trabalho aquilo que se forma proporcionalmente ao trabalho, aos seus gastos; segundo, a distribuição segundo o trabalho só pode ser social (em oposição à privada) e só se pode realizar através de canais nacionais, estatais. E ainda: esta distribuição por princípio não é realizável sob a forma monetária.

“Sob que forma se realizava esta distribuição no modelo de Stalin de ‘duas escalas’? (A propósito, esta designação – sistema de preços de ‘duas escalas’ – tem origem na divisão em preços de transferência dos meios de produção e preços do mercado de consumo com a componente da formação do rendimento).

“No modelo de Stalin de ‘duas escalas’, a distribuição segundo o trabalho realiza-se a) sob a forma da baixa regular dos preços do

Os russos comemoram a vitória contra o nazismo

varejo de um amplo conjunto de bens, à custa do imposto sobre transações, e b) sob a forma de um contínuo incremento, alargamento e aperfeiçoamento qualitativo dos fundos de consumo social gratuito. Outras variantes de ‘distribuição segundo o trabalho’ simplesmente não existem.

“Os cidadãos soviéticos na sua grande maioria não compreendiam, e também ninguém se preocupou em explicar-lhes, que a baixa dos preços de varejo (ou pelo menos a sua estabilização durável) mais o desenvolvimento dos fundos de consumo gratuito representam a realização do seu direito ao rendimento, constituem a única forma possível sob a qual os trabalhadores no socialismo recebem, adicionalmente ao salário e aos diferentes prémios que auferem no local de trabalho, a sua parte do rendimento enquanto coproprietários dos meios de produção socializados (ou, o que é o mesmo, estatizados).

“As pessoas não ofereceram a devida resistência à maldita ‘desestatização’ e privatização devido a esta incompreensão. Pensaram que, para além de preços estáveis, saúde gratuita, educação e habitação, iriam receber ainda alguns ‘dividendos’. Mas os dividendos foram apenas para os bolsos de outros, enquanto os trabalhadores comuns perderam o seu direito vital ao rendimento – sob a única forma em que poderiam recebê-lo. E perderam também o ‘conduto’, isto é, uma grande parte do salário; quanto às pensões, estas foram cortadas em várias vezes.

“No projeto de nova redação da Constituição da URSS foi incluído um artigo específico sobre o direito dos cidadãos a uma parte do rendimento líquido da sociedade, com base em todo o sistema de relações de propriedade estatal socialista e da administração socialista, enquanto garantia material deste direito.

“No modelo de Stalin, a baixa anual de preços do varejo era o ‘velocímetro’ da eficiência da administração econômica. A propósito, também aqui se observa uma evidente analogia sistêmica entre o movimento de redução dos preços de varejo no socialismo e a tendência para a redução da taxa de lucro nas condições da economia capitalista.

(*) **Jornalista, médico e escritor, redator de política da Hora do Povo, membro do CC do PCdoB e pesquisador da Fundação Maurício Grabois.**

Continua na próxima edição